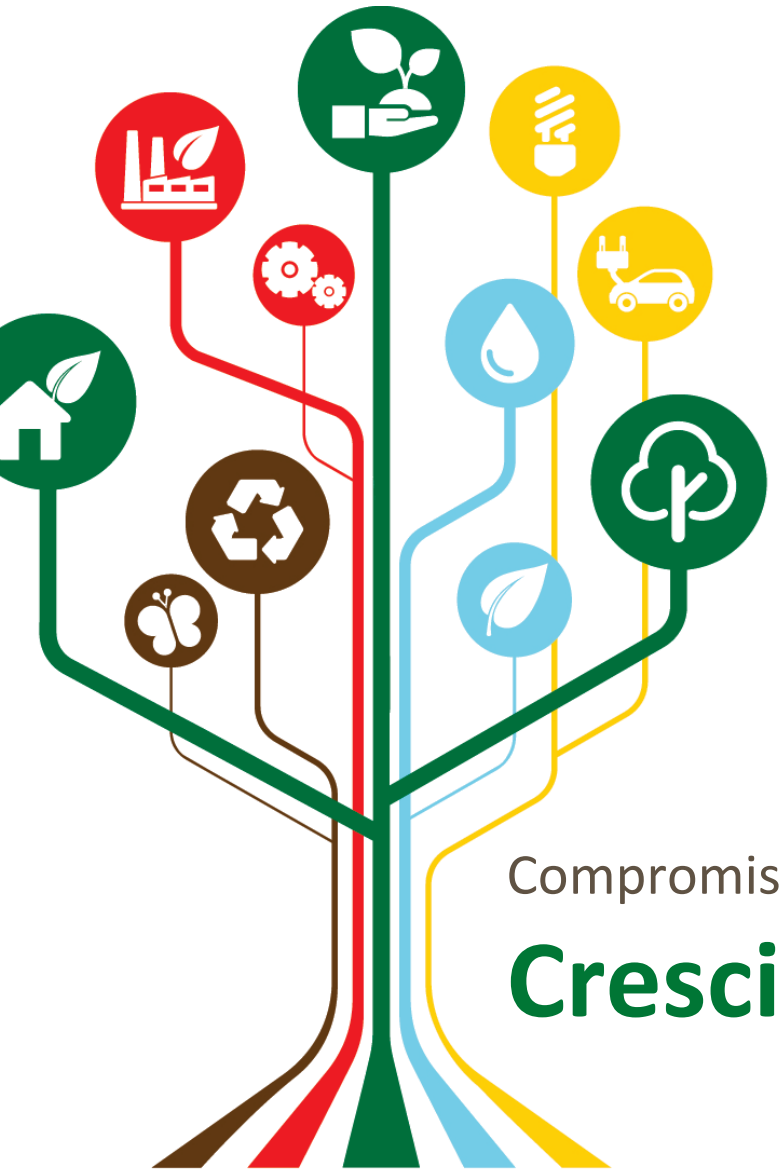
Coligação para o
Crescimento Verde

Monitorização do Compromisso para o Crescimento Verde 2014-2016



Compromisso para o

Crescimento Verde

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO **1**
2. METODOLOGIA **2**
2.1 Objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde *2*
2.2 Iniciativas temáticas e indicadores de sucesso *4*
3. RESULTADOS E EVOLUÇÃO/MONITORIZAÇÃO **4**
3.1 Monitorização dos objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde *4*
3.2 Monitorização de iniciativas temáticas *7*
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS **45**
5. FICHA TÉCNICA **45**
ANEXOS **47**

1. INTRODUÇÃO

O Compromisso para o Crescimento Verde (CCV), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015, de 30 de abril assume-se como uma estratégia nacional para a promoção do desenvolvimento baseado na criação de valor assente na conciliação do crescimento económico e da sustentabilidade, da competitividade do País e da sua afirmação internacional como referência do Crescimento Verde.

A mesma Resolução do Conselho de Ministros procedeu, também, à criação da Coligação para o Crescimento Verde, enquanto organismo consultivo envolvendo a participação de entidades públicas e privadas no âmbito do acompanhamento da execução do Compromisso para o Crescimento Verde, e adiante designada Coligação.

O CCV estabelece 14 objetivos quantificados para 2020 e 2030, enquadrados em três dimensões: crescimento, eficiência e sustentabilidade, para os quais definiu indicadores monitorizáveis ao longo do tempo, e formulou 111 iniciativas distribuídas por 10 sectores temáticos e 6 catalisadores transversais que estão na base da visão do Compromisso para o Crescimento Verde. Estas iniciativas são monitorizadas por indicadores de sucesso que devem ser acompanhados por Pontos Focais para o Acompanhamento (PFA).

O Regulamento de funcionamento da Coligação para o Crescimento Verde, aprovado pelo Despacho n.º 8098-D/2015, de 23 de julho, estabelece como órgãos da Coligação o plenário, o secretariado executivo (SECCV) e os grupos de trabalho temáticos (GTT).

A "Avaliação do contributo do Portugal 2020 na concretização das medidas do compromisso para o crescimento verde" incluída nas avaliações globais do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 e decorrente modelo de governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020, é uma exigência à qual é necessário dar resposta.

A alínea e), do artigo 6.º do Regulamento de funcionamento da Coligação para o

Crescimento Verde estabelece que, ao secretariado executivo da Coligação compete, entre outros, a avaliação anual do Compromisso para o Crescimento Verde acompanhando a execução das suas iniciativas e o caminho a percorrer para alcançar as suas metas, articulando com os pontos focais para o acompanhamento e outras entidades relevantes.

O presente relatório pretende dar cumprimento às obrigações de avaliação e de acompanhamento da execução do CCV e foi preparado pelo secretariado executivo em colaboração com a Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e as entidades produtora de informação relativa aos 14 objetivos, os grupos de trabalho temáticos, especialmente os pontos focais de acompanhamento e os coordenadores desses grupos, na parte referente aos indicadores de sucesso das iniciativas temáticas. Constitui o primeiro relatório de avaliação efetuado, contemplando os anos de 2014, 2015 e 2016, e permite conhecer a evolução da informação constante no Compromisso para o Crescimento Verde referente a 2013.

O âmbito dos resultados que compõem o presente relatório cinge-se à monitorização das metas do Compromisso e dos Indicadores de Sucesso das iniciativas temáticas que tem grupos de trabalho temáticos ativos: Resíduos, Agricultura e florestas, Energia e clima, Mobilidade e transportes, Indústria transformadora e extrativa, Cidades e território e Contratação pública.

A primeira tarefa destes sete grupos de trabalho foi atualizar as iniciativas e indicadores de sucesso por forma a tornar os mesmos monitorizáveis e a poder avaliar a sua evolução ao longo do tempo.

O processo de monitorização foi coordenado pelo secretariado executivo e será apresentado em dois blocos distintos:

- Os resultados referentes aos 14 objetivos do Compromisso, acompanhados de uma breve análise de evolução (ver ponto 3.1 e anexos), e;
- Os resultados relativos aos indicadores de sucesso das 67 iniciativas das sete áreas temáticas com grupos de trabalho ativos, cujos resultados foram apurados pelos pontos focais para o acompanhamento das respetivas áreas temáticas (ver ponto 3.2).

2. METODOLOGIA

2.1 Objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde

O ponto de situação relativo a cada um dos 14 objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde baseia-se em informação produzida por diversas entidades. A atualização dos indicadores de sucesso é efetuada pela Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e revista pelas entidades constantes da tabela seguinte.

Quadro I – Objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde e respetivas entidades responsáveis pela informação

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
OBJ 1	Aumentar o VAB "verde"	Instituto Nacional de Estatística
OBJ 2	Incrementar as exportações "verdes"	Instituto Nacional de Estatística
OBJ 3	Criar postos de trabalho "verdes"	Instituto Nacional de Estatística
OBJ 4	Aumentar a produtividade dos materiais	Instituto Nacional de Estatística
OBJ 5	Aumentar a incorporação de resíduos na economia	Agência Portuguesa do Ambiente
OBJ 6	Privilegiar a reabilitação urbana	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
OBJ 7	Aumentar a eficiência energética	Direção Geral de Energia e Geologia
OBJ 8	Aumentar a eficiência hídrica	Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos
OBJ 9	Aumentar a utilização de transportes públicos	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
OBJ 10	Reduzir as emissões de CO2	Agência Portuguesa do Ambiente
OBJ 11	Reforçar o peso das energias renováveis	Direção Geral de Energia e Geologia
OBJ 12	Melhorar o estado das massas de água	Agência Portuguesa do Ambiente
OBJ 13	Melhorar a qualidade do ar	Agência Portuguesa do Ambiente
OBJ 14	Valorizar a biodiversidade	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

Estas entidades correspondem aos responsáveis pela recolha, tratamento e análise da informação estatística ou outra. Pela natureza de alguns dos indicadores que monitorizam os 14 objetivos é necessária a validação por mais do que uma entidade, como é o caso dos indicadores dos objetivos 1 a 4 pelo Instituto Nacional de Estatística, 5, 10, 12 e 13 pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., e 7 e 11 pela Direção Geral de Energia e Geologia. O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas asseguram, respetivamente, os indicadores dos objetivos 6, 8, 9 e 14.

Os parâmetros a medir ou registar incluem o registo do crescimento nominal em milhares de euros para os indicadores 1 e 2; Equivalentes a Tempo Completo (ETC) obtido pelo quociente entre o total de horas trabalhadas e a média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo para o indicador 3; número para os indicadores 9, 10, 13 e 14 e percentagem para os indicadores 11 e 12.

Os métodos de recolha e tratamento dos dados são, na sua maioria, de observação direta, exceção aos indicadores de eficiência 4 a 8, que obrigam à construção de indicadores compósitos.

A atualização destes resultados terá uma periodicidade anual para doze dos catorze indicadores, pelo que, no ano de 2019 será efetuada a atualização dos dados. As

exceções são os objetivos 12 e 14 cuja periodicidade de monitorização corresponde aos ciclos de avaliação legalmente aplicáveis.

2.2 Iniciativas temáticas e indicadores de sucesso

Em 2016 e 2017 os grupos de trabalho temático ativos revisitaram o CCV e atualizaram as iniciativas temáticas identificando as "fontes e parâmetros de monitorização" disponíveis e que melhor asseguravam a avaliação dos indicadores de sucesso. A evolução destes indicadores cabe às entidades identificadas como pontos focais para o acompanhamento.

Neste âmbito, o SECCV desencadeou com os Pontos Focais para o Acompanhamento (PFA), o 1.º exercício de monitorização das iniciativas do CCV das áreas com grupos de trabalho temático ativos. Foram preparadas tabelas para registo das variáveis usadas na determinação dos resultados dos indicadores de sucesso com o suporte dos PFA e, posteriormente, foram relatados os resultados por estes.

3. RESULTADOS E EVOLUÇÃO/MONITORIZAÇÃO

3.1 Monitorização dos objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde

Os 14 objetivos para o Compromisso para o Crescimento Verde visam aumentar o crescimento, a eficiência e a sustentabilidade de modo a assegurar a transição para uma economia verde, isto é, orientada para a economia circular, para a valorização do território e para a descarbonização da economia.

Neste sentido, salienta-se de um modo geral uma evolução positiva dos indicadores que medem cada um destes objetivos, embora a ritmos diferenciados. As metas a que a Coligação se comprometeu a atingir em 2020 e em 2030 deverão ser atingidas caso se continue a registar anualmente esta evolução, confirmando-se a trajetória pretendida em direção às metas definidas.

Quadro II – Evolução dos indicadores do CCV 2014 - 2016

	OBJETIVO E INDICADOR	EVOLUÇÃO 2013	2014	2015	2016	METAS 2020	2030
CRESCIMENTO	> Aumentar o VAB "verde" (milhares de milhões de euros) [1]	n.a.	4,1	4,4	n.d.	5,6	9,1
	> Incrementar as exportações "verdes" (milhares de milhões de euros) [1]	n.a.	2,2	2,4	n.d.	3,1	5,1
	> Criar postos de trabalho "verdes" (milhares de pessoas ao serviço) [1]	n.a.	91,8	99,6	n.d.	117,5	177,3
EFICIÊNCIA	> Aumentar a produtividade dos materiais (€ PIB /Kg de materiais consumidos)	1,15 [2]	1,09	1,10	1,14	1,17	1,72
	> Aumentar a incorporação de resíduos na economia (taxa de incorporação de resíduos na economia)	57,9%	59,8%	63,5%	65,5%	68%	86%
	> Privilegiar a reabilitação urbana (peso da reabilitação no conjunto do sector da construção)	10,3%	n.d.	n.d.	n.d.	17%	23%
	> Aumentar a eficiência energética (Intensidade Energética - tep/M€ PIB)	128,4 [3]	124,0	128,7	124,8	122	101
	> Aumentar a eficiência hídrica (água não faturada/água colocada na rede de abastecimento urbano) [4]	30,9% [5]	30,1%	29,8%	29,8%	25%	20%
	> Aumentar a utilização de transportes públicos (milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros)	10613 [6]	10 476	10 823	11 963	12 528	15 296
SUSTENTABILIDADE	> Reduzir as emissões de CO_2 (Mt CO2 eq.)	65,3 [7]	65,2	69,6	67,8	67,0-71,4	52,2-60,9
	> Reforçar o peso das energias renováveis (% no consumo final bruto de energia)	25,7%	27,0%	28,0%	28,5%	31%	40%
	> Melhorar o estado das massas de água (% das massas de água com qualidade "Boa ou Superior")	53% [8]	54%	54%	n.d.	77% [9]	100% [10]
	> Melhorar a qualidade do ar (Média do n.º de dias com IQAr "fraco" ou "mau", em zonas urbanas)	13 [11]	8	12	6	9	2
	> Valorizar a biodiversidade (Melhorar o estado de conservação das espécies e habitats protegidos pela Diretiva Habitat - n.º de avaliações de espécies e n.º de avaliações de habitats com estado de conservação "favorável" estabelecido por região biogeográfica)	81 e 46 [12]	n.d. [13]	n.d. [13]	n.d. [13]	81 e 46	96 e 53

n.a. = não aplicável e n.d. = não disponível

[1] recálculo das metas. O resultado para 2016 só estará disponível em 2019.
[2] valor original do CCV para 2013 de 1,14 € PIB /Kg de materiais consumidos foi corrigido na primeira monitorização do indicador
[3] valor original do CCV para 2013 de 129 tep/M€ PIB foi corrigido na primeira monitorização do indicador
[4] indicador considera a água colocada na rede de abastecimento apenas para o serviço em baixa
[5] valor original do CCV para 2012 de 35% foi corrigido na primeira monitorização para 30,7%. Valor para 2013: 30,9%
[6] valor original do CCV para 2013 10894 foi corrigido na primeira monitorização do indicador
[7] valor original do CCV de 68,9 Mt CO2 eq. foi alterado pela retificação da série no âmbito das revisões dos inventários de emissões atmosféricas
[8] valor original do CCV referente a 2010 de 52% foi alterado para o valor 53% referente a 2012. Próximo triénio de avaliação 2016-2018
[9] meta para 2021 ajustada com base nas alterações e objetivos ambientais do 2.º ciclo de planeamento e gestão de região hidrográfica
[10] meta da Diretiva Quadro da Água para 2027
[11] valor original do CCV de 14 dias foi revisto e corrigido aquando da primeira monitorização do indicador
[12] dados do relatório referente ao período 2007-2012
[13] período de avaliação 2013-2018 ainda a decorrer

No que diz respeito aos **indicadores de crescimento verde**, são publicadas pela primeira vez pelo INE, em fevereiro de 2018, as Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (CSBSA), com dados de 2014 e 2015. Estas contas estão alinhadas com as contas do Eurostat, para cumprimento do Regulamento (UE) n.º 538/2014 do Parlamento e do Conselho, de 16 de abril. Os resultados das CSBSA não são diretamente comparáveis com os resultados do Inquérito ao Setor de Bens e Serviços do Ambiente (ISBSA), porque as CSBSA são estatísticas derivadas (cruzam várias fontes de informação, incluindo o

ISBSA). As CSBSA são uma conta satélite das Contas Nacionais (utiliza fontes, metodologias e princípios idênticos).

As novas contas sobre os indicadores "Verdes" são mais abrangentes, vão para além das empresas financeiras, o universo é alargado para outras empresas que produzam bens e serviços ambientais, alinhadas com as contas nacionais. Em termos de VAB e Exportações Verdes estas cresceram de 2014 para 2015, 5,5% e 13,1% em termos nominais, respetivamente. Em 2015, o VAB verde correspondeu a 2,8% do VAB total da economia e as exportações verdes a 3,3% do total das exportações de bens e serviços. O emprego verde cresceu 8,4% de 2014 para 2015, claramente acima da meta anualmente definida (4,2%), representando, em 2015, cerca de 2,3% do total do emprego da economia.

Quanto aos **indicadores de eficiência**, o aumento da produtividade dos materiais, após a quebra de 2013 para 2014, começou a evoluir favoravelmente mas muito lentamente até 2016; a incorporação de resíduos na economia é cada vez maior atingindo os 65,5% em 2016 (2,5 p.p. abaixo da meta proposta para 2020); a intensidade energética da economia continua demasiado elevada, com oscilações significativas; a eficiência hídrica tem vindo a aumentar lentamente mas progressivamente, situando-se, em 2016, 4,9 p.p. acima da meta de 2020; a utilização de transportes públicos, após a quebra em 2014 face a 2013, continua a assinalar uma trajetória positiva atingindo, em 2016, 11 963 milhões de pkm transportados (-565 pkm transportados do que a meta a atingir em 2020). Não foi ainda possível apurar os resultados relativos ao objetivo 6 - Privilegiar a reabilitação urbana.

Os **indicadores de sustentabilidade** apontam para uma evolução favorável em dois dos cinco objetivos - peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia e melhoria da qualidade do ar. Nos restantes registaram-se oscilações diversas ao nível das emissões de CO_2, em parte associadas ao crescimento do PIB, ainda muito associado aos combustíveis fósseis. O indicador melhoria do estado das massas de água não tem uma periodicidade de monitorização anual, pelo que o resultado 54% é referente ao triénio 2013 a 2015 e apenas em 2019 será reportado o valor para o triénio 2016-2018 ainda a decorrer. O indicador relativo à valorização da biodiversidade apresenta uma situação similar, o ciclo de avaliação é de 6 anos e o valor reportado refere-se ao período de 2007 a 2013. Apenas em 2019 ficará disponível o resultado para o período de 2013 a 2018. Nestes dois últimos casos não é ainda possível avaliar as tendências de evolução face às metas definidas.

Em suma, os objetivos económicos estão mais próximos de serem atingidos do que os restantes, em que as oscilações verificadas foram mais significativas, assinalando-se trajetórias de crescimento mais lentas. Saliente-se, o aumento da eficiência energética e a redução das emissões de CO_2, como os objetivos mais difíceis de atingir.

Em Anexo estão as 14 fichas, uma por cada objetivo, com a evolução detalhada dos indicadores que medem a sua evolução.

3.2 Monitorização de iniciativas temáticas

A monitorização das iniciativas está prevista no Compromisso para o Crescimento Verde e foi previamente preparada pelos grupos temáticos ativos, sobretudo com o suporte dos pontos focais de acompanhamento. Apesar do esforço de formular indicadores de sucesso cuja monitorização fosse exequível, o primeiro exercício de monitorização revelou algumas dificuldades e outras tantas impossibilidades de apurar resultados. Por cada área temática serão dadas as informações relativas à informação em falta. Em alguns casos foram mesmo propostos ajustes aos indicadores em prol da viabilidade da sua monitorização.

A extensão do Compromisso para o Crescimento Verde não teve ainda a sua formalização para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelo que, caso indicação em contrário, os resultados apresentados no presente exercício de monitorização só utilizam a informação relativa ao continente.

Apresentam-se de seguida os resultados da monitorização reportados pelos pontos focais e acompanhamento. De um modo geral existem resultados dos anos de 2014, 2015 e 2016 porque o entendimento dos grupos de trabalho foi de apurar a evolução de resultados após 2013, ano a que os objetivos do Compromisso se reportavam.

3.2.1 Resíduos - Monitorização dos indicadores de sucesso

Para esta área temática a abrangência dos resultados apresentados inclui as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, exceto quando indicado nas notas do Quadro III, constituindo o único caso em que os resultados vão além do território do continente. Esta diferença deve-se ao facto da verificação de conformidade com as metas europeias integrar os contributos de todo o território nacional, continente e regiões autónomas.

Os resultados apurados para os indicadores de sucesso das iniciativas Resíduos encontram-se no quadro III.

A TGR pretende contribuir para melhorar o comportamento de operadores económicos e consumidores finais, no sentido da redução da produção de resíduos e sua gestão mais eficiente que passe pela internalização, por produtores de resíduos e consumidores, dos custos ambientais que lhes estão associados e permita estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos. Além de funcionar como um instrumento económico de modelação de comportamentos, o regime da TGR prevê que a verba arrecadada seja consignada para os objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos.

Neste âmbito, os indicadores 5.1.1 e 5.1.2 são, respetivamente, relativos à disponibilidade e à aplicação da fração do montante de TGR arrecadada para financiar atividades dos sujeitos passivos com vista ao cumprimento dos objetivos de resíduos.

Refira-se que entre os anos de 2014 e 2016, houve alterações ao enquadramento legal. Em 2014 aplicava-se o previsto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que previa 30% do montante de TGR arrecadada para aplicação em projetos de resíduos, o que não

veio a acontecer como se constata pelo resultado do indicador de sucesso 5.1.2 relativo à aplicação dos montantes consignados. Nos anos de 2015 e 2016, com a criação do Fundo de Intervenção Ambiental (FIA) pelo Decreto-Lei n.º 150/2008, de 30 de julho, entretanto alterado por diversos diplomas, este enquadramento legal alterou-se. O FIA possuía autonomia administrativa e financeira e tinha como missão financiar iniciativas de prevenção e reparação de danos a componentes ambientais naturais ou humanas. Preconizava, neste âmbito, que 50% da receita da APA proveniente da TGR fosse aplicada no financiamento de medidas e projetos que contribuíssem para o cumprimento dos objetivos nacionais em matérias de resíduos. Também nestes dois anos não foi disponibilizada qualquer verba neste âmbito.

Ainda como resultado da iniciativa RES 1, verifica-se uma redução das percentagens de resíduos sujeitos a operações de eliminação (aterro direto e incineração), configurando uma evolução positiva deste indicador, contudo, não é evidente, pelo menos com os dados disponíveis, o contributo da aplicação da TGR na diminuição dos quantitativos de resíduos eliminados. Será necessário analisar o comportamento desta evolução nos anos futuros para poder tirar conclusões mais fundamentadas.

As iniciativas RES 2 relativa ao incentivo à utilização de resíduos na produção de novos produtos e RES 3 relativa à promoção das parcerias que envolvam transação de resíduos e subprodutos são monitorizadas por indicadores que permitem, do ponto de vista dos resíduos, uma primeira aproximação à monitorização da circularidade da economia. Verifica-se que, os quantitativos de resíduos a cumprir normas ou especificações técnicas tiveram variações nos três anos em apreço sobretudo devido a avaliações distintas do entendimento do que constituíam normas e especificações técnicas, tendo-se em 2015 estabelecido um conjunto de regras que permitiram uma monitorização comparável. Importa salientar que para alguns casos não existe ainda informação desagregada sobre a quantidade total de resíduos que cumprem normas ou especificações técnicas, pelo que estes valores estão subestimados. A evolução futura prevê-se positiva face às medidas a implementar, no contexto da política de resíduos, de promoção da qualidade do resíduo.

Quanto ao aumento da percentagem de utilização dos resíduos como matérias-primas a sua evolução é consistente medindo este indicador os quantitativos valorizados, utilizados em substituição de matérias-primas virgens.

Já na iniciativa RES3, o indicador relativo ao aumento da percentagem de resíduos introduzidos em processos produtivos dá-nos uma medida dos resíduos utilizados na indústria num processo final de transformação que os reintroduz na economia como novos produtos. Também o aumento do reaproveitamento ao nível dos processos produtivos vem criar possibilidades acrescidas de desclassificação de resíduos em vários setores, tendo o número de processos submetidos para classificação de resíduos como subprodutos aumentado assim como o seu deferimento por parte da Administração.

No que se refere à dinamização da reciclagem de resíduos urbanos, RES 4, tem-se verificado uma evolução positiva dos indicadores embora ainda pouco expressiva

quando se compara com as metas a atingir em 2020. Esta evolução terá de acelerar considerando a necessidade de cumprir:

- Redução, de 2012 a 2020, de 62 % para 35 % da deposição, em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, relativamente ao ano de referência 1995;
- Aumento, de 2012 a 2020, de 25 % para 50 % da taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem;
- Assegurar níveis de recolha seletiva de 47 kg/habitante/ano.

Os valores apurados para monitorização da iniciativa RES 5 tiveram como base a informação disponível na ERSAR para efeitos de avaliação da qualidade de serviço (AQS) e regulação económica, abrangendo os SGRU do Continente. Considerando que a intervenção da ERSAR, designadamente ao nível da regulação económica, é função da tipologia das entidades reguladas, os valores apurados traduzem a heterogeneidade em termos de detalhe e precisão da informação disponível neste âmbito não sendo possível uma análise específica mas apenas das tendências associadas.

Acresce que estão em causa valores globais e agregados, como é o caso do indicador 4, referente ao "Aumento das receitas geradas pela venda de resíduos/materiais e energia", pelo que as variações poderão estar associadas a diversos fatores que não são assim analisados isoladamente, de que poderá ser exemplo a entrada em pleno funcionamento de novas infraestruturas, constrangimentos ao escoamento de materiais para reciclagem ou paragens para intervenção nas infraestruturas.

Não foi possível apurar os resultados do indicador 5.5.2, no entanto, é esperado no próximo relatório ter dados disponíveis desde o ano de 2014.

Quanto à iniciativa RES 6 que visa promover o aumento da valorização de lamas de ETA e ETAR potenciando e diversificando destinos finais, verifica-se uma evolução no número de operadores licenciados para a gestão desta tipologia de resíduos, pese embora não se tenham, de uma maneira geral, diversificado as operações finais de tratamento. Também nesta iniciativa não foi possível apurar, em tempo, a totalidade dos resultados, contudo, espera-se no próximo período de monitorização disponibilizar os resultados do indicador 5.6.4 desde o ano de 2014 em diante.

Quanto à RES 7, os resultados para os indicadores de sucesso definidos são de difícil apuramento, e a aproximação conseguida não foi considerada representativa a realidade. Assim sendo, será efetuada uma proposta para monitorizar a evolução da economia circular.

Quadro III – Resultados da monitorização das iniciativas Resíduos 2014-2016

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor de referência	Unidade	Fonte de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
RES 1 i, ii, iii	Aplicar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de forma a incentivar a redução/prevenção na produção de resíduos, reforçar o desincentivo às operações de eliminação de resíduos e favorecer as operações de valorização de resíduos, incluindo o coprocessamento, a valorização energética e a recuperação de materiais para reciclagem	» % da TGR disponível para apoio a projetos de resíduos	5.1.1	2014	n.a.	%	APA, I.P.	0,0%	0,0%	0,0%
		» % da TGR aplicada em projetos de resíduos	5.1.2	2014	0	%	APA, I.P.	0,0%	0,0%	0,0%
		» Diminuição da percentagem de resíduos encaminhados para aterro ou incineração	5.1.3	2014	4925854 ton (aterro + incineração)	%	APA, I.P.	34,4%	23,7%	23,3%
RES 2 iii, iv	Incentivar a utilização de resíduos na produção de novos produtos	» Aumento da percentagem de resíduos passíveis de valorização que cumprem [normas ou] especificações técnicas	5.2.1	2014	1632412 ton resíduos com ET	%	APA, I.P.	11,4%	7,2%	11,8%
		» Aumento da percentagem de utilização dos resíduos como matérias-primas	5.2.2	2014	8567159 ton como MP	%	APA, I.P.	59,8%	63,5%	65,2%
RES 3 iii, v	Promover as parcerias industriais que envolvem a transação de resíduos e de subprodutos (inclui mercado de resíduos)	» Aumento da percentagem de resíduos (em peso) introduzidos em processos produtivos	5.3.1	2014	1707018 ton	%	APA, I.P.	11,9%	12,9%	12,4%
		» Aumento do número de subprodutos classificados	5.3.2	2014	20 subprodutos	número	APA, I.P.	20	24	25
RES 4 iii	Dinamizar a reciclagem de Resíduos Urbanos (RU) e a recolha seletiva	» Aumento da retoma de recolha seletiva (kg/hab.ano)	5.4.1	2014	61,7 kg/hab.ano	kg/hab.ano	APA, I.P.	61,7	61,5	66,7
		» Aumento da taxa de reciclagem	5.4.2	2014	1012706 ton recicladas	%	APA, I.P.	29,2%	36,1%	37,8%
		» Eliminar progressivamente a deposição em aterro	5.4.3	2014	2307172 ton em aterro	%	APA, I.P.	49,0%	48,4%	47,0%

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor de referência	Unidade	Fonte de informação base	Resultados 2014	2015	2016
RES 5 iii, v	Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de tratamento de RU	» Redução de custos operacionais dos sistemas, salvaguardando a hierarquia dos resíduos	5.5.1	2014	n.d.	Euros/ton	ERSAR	70,8	68,2	74,8
		» Aumento da taxa de utilização das infraestruturas	5.5.2	2014	0	%	ERSAR; APA, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
		» Aumento da quantidade de resíduos/materiais vendida	5.5.3	2014	n.d.	toneladas	ERSAR; APA, I.P.	1067985	1029063	444575
		» Aumento das receitas geradas pela venda de resíduos/materiais e energia	5.5.4	2014	n.d.	10^3 euros	ERSAR	127989	147964	138730
		» Diminuição das quantidades de rejeitados	5.5.5	2014	729422 toneladas	toneladas	APA, I.P.	729422	834729	1280349
RES 6 iii, vi	Promover o aumento da valorização das lamas de ETA e ETAR através da promoção e potenciação da diversificação dos seus destinos finais	» Aumento da percentagem-de lamas de ETAR valorizadas relativamente a volumes produzidos	5.6.1	2014	261768 ton	%	APA, I.P.	61,3%	50,5%	44,5%
		» Aumento da percentagem de lamas de ETA valorizadas relativamente a volumes produzidos	5.6.2	2014	16391 ton	%	APA, I.P.	79,8%	76,0%	83,1%
		» Aumento dos destinos de valorização das lamas de ETAR, incluindo a valorização energética	5.6.3	2014	96 OGR	Número	DGADR; APA, I.P.	96	87	95
		» Diminuição do volume de lamas produzidas por unidade de produção	5.6.4	2014	0	t/unidade produção	ERSAR	n.d.	n.d.	n.d.
RES 7 vii	Promover iniciativas para a divulgação da Economia Circular	» Número de associações empresariais participantes nas iniciativas	5.7.1	2017	n.a.	Número	APA, I.P./DGAE	vii	vii	vii
		» Aumento do número de iniciativas desenvolvidas	5.7.2	2017	n.a.	Número	APA, I.P./DGAE	vii	vii	vii

i os resultados dos indicadores 5.1.1 e 5.1.2 referem-se apenas ao território de Portugal continental

ii o indicador 5.1.3 refere-se a operações de eliminação de resíduos urbanos e não urbanos (deposição direta em aterro e incineração)

iii os resultados dos indicadores 5.1.3 da RES 1, todos da RES 2, todos da RES 3, 5.4.1 e 5.4.2 da RES 4, todos da RES 5 e 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.3 da RES 6 são referentes aos resultados apurados em cada ano e não à variação anual conforme consta dos respetivos indicadores de sucesso

iv No indicador 5.2.2 são contabilizados todos os resíduos, urbanos e não urbanos, valorizados com o objetivo de serem utilizados em substituição de matérias-primas virgens

v No indicador 5.3.1 foram contabilizados todos os resíduos, urbanos e não urbanos, que tiveram como destino uma operação final de reciclagem e preparação para reutilização

vi os resultados dos indicadores 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.3 referem-se ao território de Portugal continental e da região autónoma da Madeira

vii os indicadores 5.7.1 e 5.7.2 não são monitorizáveis de forma sistemática e consistente pelo que, será efetuada uma proposta para a sua reformulação

3.2.2 Agricultura e florestas - Monitorização dos indicadores de sucesso

Os resultados apurados para os indicadores de sucesso das iniciativas Agricultura e florestas encontram-se no quadro IV.

A monitorização dos atuais indicadores de sucesso das iniciativas Agricultura e Florestas (AGF) do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) está orientada para medir o efeito do atual período de programação (2014-2020) nas medidas de política identificadas em cada uma das iniciativas.

Baseou-se em três principais tipos de fontes de informação:

- Sistemas de monitorização dos resultados da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC 2014-2020 e PAC 2007-2013)[1], ou seja, da execução anual dos apoios programados para o Continente através do Iº Pilar da PAC (AGF 2 e AGF 4) e do IIº Pilar da PAC (AGF 1, AGF 5, AGF 6, AGF 7, AGF 11 e AGF 12);
- Sistemas de certificação e/ou registo, ou seja, informação anual relevante obtida das plataformas de SAAF - Serviços de Aconselhamento Agrícola e Florestal (AGF3), PEFC Portugal - Sistema Português de Certificação da Gestão Florestal Sustentável e FSC - *Forest Stewardship Council* (AGF 9, AGF 13.1), ZIF – Zonas de Intervenção Florestal (AGF 10), CPE - Compras Públicas Ecológicas (AGF 13.2, AGF 13.3), MPB – Modo de Produção Biológico (AGF 14);
- Sistema de monitorização do PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (AGF 8).

Os resultados dos indicadores de sucesso foram apurados por ano face à situação de partida identificada (ano e valor de referência), através de metodologias específicas desenvolvidas pelos respetivos Pontos Focais de Acompanhamento (PFA), com base na informação disponível e registadas em fichas próprias.

Nem sempre a obtenção dos indicadores de sucesso Agricultura e florestas que constam do CCV é linear, remetendo à adoção de alguns pressupostos e a que alguns dos indicadores ainda não estejam a ser produzidos - assinalados na tabela como “a apurar”. Para além disso, este 1.º exercício de monitorização permitiu identificar a necessidade da revisão de alguns dos indicadores de sucesso Agricultura e florestas (ver notas no fim da tabela). Uma proposta de revisão dos indicadores de sucesso que permitirão monitorizar as iniciativas Agricultura e florestas do CCV foi produzida pelos Pontos Focais de Acompanhamento a aprovada em reunião do grupo de trabalho temático Agricultura e florestas, aguardando aprovação da Coligação para o Crescimento Verde.

[1] De notar que apesar de a PAC em Portugal se constituir em três programas operacionais (PDR 2020 para o Continente; PRODERAM para a Região Autónoma da Madeira; PRORURAL+ para a Região Autónoma dos Açores), só foi contabilizada a informação relacionada ao PDR 2020.

Algumas particularidades merecem os seguintes destaques:

- Os indicadores de sucesso das iniciativas Agricultura e florestas que resultam da execução do PDR 2020 (II º pilar da PAC 2014-2020), sem execução em 2014 e com período de execução que se prevê se estenda até 2023 (regra n+3), só poderão ser considerados finais no final do período de programação, que melhor refletirá o efeito dos apoios de natureza plurianual. Assim, os resultados apresentados para as iniciativas AGF 1, AGF 5, AGF 6, AGF 7, AGF 11 e AGF 12 devem ser entendidos como indicativos;
- O resultado da AGF 8 resulta da informação de tendência reunida pela Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação (CNCCD) no âmbito do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) para o período 2000-2010;
- Para as AGF com menção de "a apurar", refere-se o seguinte:
  - AGF 7: não está ainda disponível informação sobre o número de explorações agrícolas e florestais situadas em Rede Natura, pelo que a obtenção da informação do denominador deste indicador terá de ser explorada;
  - AGF 9 e AGF 13.1: a informação sobre a área e produtos florestais certificados pelo PEFC Portugal (Programa para o Mútuo Reconhecimento de Sistemas de Certificação Florestal) e FSC (Sistema de Certificação Florestal) está em apuramento;
  - AGF 11: o n.º de projetos aprovados neste âmbito não é possível de apurar no atual formato do relatório de execução do PDR 2020, pelo que terá de ser aprofundada a possibilidade do seu apuramento a partir da informação de base.

Analisando a evolução dos vários indicadores que neste momento apresentam resultados, sinaliza-se:

- A AGF 1, referente à globalidade da área sob compromisso agroambiental, apresenta resultados que mostram um crescimento muito grande e muito acima das expectativas;
- A AGF 2, respeitante a superfície agrícola sujeita a Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA) mostra, já em 2016, o ultrapassar da meta prevista (crescimento de 15% *versus* meta de 10%);
- A AGF 4, que aponta como alvo a manutenção de área sujeita a *greening,* apresenta valores que indicam que se verifica essa manutenção em 2016 (com um ligeiro aumento da área) em relação ao início da aplicação da medida (2015);
- A AGF 5, relativo a n.º de projetos e investimento com objetivo uso eficiente de recursos, apresenta valores muito significativos em 2015 e que crescem em bom ritmo de 2015 a 2016;
- A AGF 6, referente a novos produtos, apresenta um resultado significativo em 2015

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	SECCV	Monitorização Compromisso Crescimento Verde 2014-2016	116	28/09/2018

mas com crescimento muito ligeiro para 2016;

- A AGF 8, tratando da questão da diminuição do risco de degradação dos solos, apresenta um resultado estável para os três anos, isto é, mantendo-se o mesmo risco de degradação, sendo que a eventual diminuição só será possível apurar após a próxima monitorização decenal do PANCD (2010-2020);
- A AGF 10, relativo à promoção de Zonas de Intervenção Florestal, apresenta resultados positivos com aumento de número de aderentes e de área, que parecem apontar para a possibilidade de se alcançarem as metas previstas;
- A AGF 12, referente à melhoria da gestão florestal, apresenta resultados bastante positivos com aumento de área já próximos da meta pretendida;
- A AGF 14, respeitante à promoção do modo produção biológico, apresenta resultados significativos que parecem apontar para ao alcance da meta a longo prazo.

É esperado que o 2.º exercício de monitorização permita completar a informação em falta e consolidar o quadro de indicadores que melhor permitirão medir o efeito de Crescimento Verde das iniciativas AGF.

Falta desenvolver metodologias que permitam estimar o contributo dos indicadores AGF do CCV para os 14 indicadores do CCV.

Quadro IV - Resultados da monitorização das iniciativas Agricultura e florestas 2014-2016

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
AGF 1 i, ii	Promover as medidas agroambientais e agilizar os processos de atribuição de subsídios	» Aumento da área sob compromisso agroambiental, associado a desempenho ambiental mensurável, de 25% até 2020	6.1.1	2014	761654 hectares	%	AG PDR 2020	n.a	111%	167%
AGF 2 ii	Promover o apoio a explorações que cumpram a Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA)	» Aumentar a superfície agrícola sujeita à BCAA em 10% até 2020	6.2.1	2014	2 948 316 hectares	%	IFAP	n.a	8%	15%
AGF 3 ii, iii	Promover a difusão, divulgação de informações e de conhecimentos, e o aconselhamento dos agricultores e produtores florestais	» Aumentar em 25% o número de serviços de aconselhamento agrícola e florestal, até 2020	6.3.1	2015	2 038 serviços	Número de serviços	DGADR	n.a.	n.a.	n.a.
AGF 4 iv	Apoiar as explorações que cumpram as regras do Pagamento Verde (*Greening*), componente ambiental dos pagamentos diretos do primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC 2014-2020)	» Manutenção da área *(ha) sujeita ao compromisso Greening* das explorações	6.4.1	2015	2 734 955 hectares	%	IFAP	n.a.	n.a.	4,3%
AGF 5 i, iv	Apoiar investimentos na agricultura que promovam maiores níveis de sustentabilidade na utilização dos recursos. (Exs: investimento em regadio eficiente e em operações com necessidade de melhorias no uso eficiente de água; explorar e melhorar a produção de sequeiro)	» Número de investimentos com objetivo "uso eficiente de recursos" (água, solo, energia)	6.5.1	-	0	Número de projetos	AG PDR 2020	n.a.	598	952
		» Despesa pública associada ao objetivo "uso eficiente de recursos" (água, solo, energia)	6.5.2	-	0	€	AG PDR 2020	n.a.	33 396	54 356
AGF 6 i, ii, iv	Apoiar o desenvolvimento e estruturação de novos produtos do sector agroflorestal, garantindo maior valor acrescentado ambiental	» Número de projetos apoiados	6.6.1	-	0	Número de projetos	AG PDR 2020	n.a.	49	60
		» Número de produtos novos apoiados	6.6.2	-	0	Número de produtos	AG PDR 2020	n.a.	2	3

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
AGF 7 i, ii	Apoiar atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em áreas classificadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats, através do Pagamento Natura	» Número de explorações beneficiárias do Pagamento Natura/número de explorações agrícolas ou florestais em áreas classificadas (atingir os 25% até 2020)	6.7.1	2014	*a apurar*	%	AG PDR 2020 IFAP	n.a.	*a apurar*	*a apurar*
AGF 8 ii, v	Diminuição do risco de degradação da qualidade dos solos agrícolas e florestais	» Diminuição da área (ha) de solos agrícolas e florestais em risco de degradação	6.8.1	2000-2010	1 127 036 (vs. 103 015) hectares	ha	CNCCD 2014	112 704 (vs. 10 302)	112 704 (vs. 10 302)	112 704 (vs. 10 302)
AGF 9	Promover a certificação da gestão florestal sustentável, apoiando a adaptação das explorações e das empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos	» Até 2020: área florestal certificada atingir 500 000 hectares	6.9.1	2014	338756 hectares	ha	ICNF	n.a	*a apurar*	*a apurar*
		» Até 2030: área florestal certificada atingir 1000 000 hectares	6.9.2	2014	338756 hectares	ha	ICNF	n.a	*a apurar*	*a apurar*
AGF 10	Promover as ZIF - Zonas de Intervenção Florestal	» Aumento de 20% no número de aderentes às ZIF até 2020	6.10.1	2014	21 793 aderentes	%	ICNF	n.a	4,5%	8,7%
		» Aumentar a área florestal inscrita em ZIF em 30% até 2020	6.10.2	2014	850 667 hectares	%	ICNF	n.a	6,8%	9,8%
AGF 11 i, ii, vi	Aumentar o contributo económico da pesca, da silvopastorícia, da cinegética, da apicultura, da produção de cogumelos e de outros produtos não lenhosos, nas explorações florestais	» Número de projetos apoiados até 2020: 200	6.11.1	2014	*a apurar*	Número de projetos	AG PDR 2020	n.a	*a apurar*	*a apurar*
		» 10% em 2020 e 20% em 2030 das explorações florestais/ZIF apresentarem mais do que um produto de origem na exploração para comercialização/ aproveitamento económico	6.11.2	-	-	-	-	n.a	*não mensurável*	*não mensurável*
AGF 12 i, ii	Melhorar a gestão florestal e a produtividade dos povoamentos florestais	» Aumento de 20% da área sujeita a Planos de Gestão Florestal (PGF) até 2020	6.12.1	2014	1 400 000 hectares	ha	AG PDR 2020	n.a	11,4%	15,3%
		» Área de povoamentos sujeitos a melhoria produtiva (100 000 ha) até 2020	6.12.2	2014	166 275 hectares	ha	AG PDR 2020 IFAP	n.a	*a apurar*	*a apurar*

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
AGF 13 ii, iii	Promover a utilização de produtos ecológicos e sustentáveis de origem agrícola e florestal	» Aumento de 50%, entre 2010 e 2020, do volume de madeira e outros produtos florestais certificados transacionados no mercado (FSC ou PEFC)	6.13.1	2010	958782 hectares	m^3	ICNF	*a apurar*	*a apurar*	*a apurar*
		» Número de contratos públicos com critérios ecológicos face ao total contratado nas seguintes categorias de produtos: .Edifícios de escritório; .Mobiliário; .Painéis interiores; .Papel de cópia e papel para usos gráficos; .Produtos alimentares e serviços de catering	6.13.2	2016	n.a.	Número de procedimentos	IMPIC (Portal Base)	n.a	n.a	n.a
		» Valor (€) de contratos públicos com critérios ecológicos face ao total contratado (€) nas seguintes categorias de produtos: .Edifícios de escritório; .Mobiliário; .Painéis interiores; .Papel de cópia e papel para usos gráficos; .Produtos alimentares e serviços de catering	6.13.3	2016	n.a.	€	IMPIC (Portal Base)	n.a	n.a	n.a
AGF 14 vii	Promover o modo de produção agrícola biológico	» Aumento de 100% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em modo de produção biológico até 2027	6.14.1	2014	5,98%	%	DGADR	n.a	13%	15%
		» Aumento do número de explorações agrícolas convertidas ao modo de produção biológico até 2020	6.14.2	2014	3132 explorações agrícolas em AB	%	DGADR	n.a	23%	19%

[i] a iniciativa e o indicador de sucesso decorrem da aplicação dos apoios da PAC 2014-2020 , que só tiveram início em 2015 (em 2014 é não aplicável) e só terão conclusão com o encerramento do programa (resultados 2015 e 2016 são indicativos) - os indicadores associados ao Pilar II da PAC são de natureza plurianual, devendo ser avaliados no conjunto do período de compromisso.

[ii] a iniciativa e/ou o indicador de sucesso serão alvo de proposta de alteração de redação, e/ou de indicador de sucesso adicional, para, com base na informação disponível, melhor monitorizar o objetivo da iniciativa.

[iii] a monitorização dos indicadores 6.3.1, 6.13.2 e 6.13.4 só é possível desde 2016, pelo que 2017 será o primeiro ano com informação disponível.

[iv] a iniciativa é nova na PAC 2014-2020 face às tipologias de apoio nas PAC anteriores.

[v] a iniciativa está associada à monitorização do PANCD, decenal, pelo que só em 2021 existirá nova informação relativa ao período 2010-2020 que permita avaliar o cumprimento do indicador de sucesso. O valor de referência corresponde a uma tendência anual de 112 704 hectares ano de incremento da qualidade dos solos degradados para o mesmo período. Em sentido contrário, assinalam-se 103 015 hectares de degradação da qualidade dos solos no período em causa, correspondendo a uma tendência anual de 10 302 hectares de degradação da qualidade dos solos no Continente. A agenda 2030 para Portugal estabelecerá para 15.3 uma meta coerente para o âmbito. Na sua ausência ou enquanto tal matéria estiver a ser discutida, os pontos focais (ICNF e GPP) vão explorar os objetivos estabelecidos no PANCD e PDRs com vista a tentar estabelecer uma meta ao IS da AGF8.

[vi] indicador 6.11.2 não é mensurável, pelo que será efetuada proposta para a sua retirada.

[vii] meta do indicadores 6.14.1 inserida em acordo com os objetivos definidos na Estratégia Nacional de Agricultura Biológica e referenciados ao efeito da PAC 2014-2020.

3.2.3 Energia e clima - Monitorização dos indicadores de sucesso

Os resultados apurados para os indicadores de sucesso das iniciativas Energia e clima encontram-se no quadro V.

Para a iniciativa EC 1, verificou-se em 2016 um aumento do número de empresas registadas no SGCIE. De facto, no período 2014/2016 registaram-se 138 novas empresas, o que representa um crescimento relativo de 15%. Os resultados dos indicadores de sucesso desta iniciativa evidenciam uma cada vez maior preocupação das empresas com os seus consumos de energia e com o cumprimento dos objetivos do SGCIE, apesar de no caso do indicador de sucesso 2, a redução dos consumos ainda não ter resultados estabilizados.

A iniciativa EC 2 refere-se a eficiência energética na administração pública e contempla objetivos para os consumos de energia elétrica no segmento da iluminação pública que têm vindo a merecer cada vez maior atenção, e um conjunto de projetos de racionalização de consumos, com introdução de novas tecnologias, que têm vindo a ser implementados nos últimos tempos. A redução de consumos, embora muito incipiente (0,6%/ano), mostra já um decréscimo que se espera ver aumentar nos próximos anos. No que se refere ao consumo de energia na administração pública (onde apenas se reportaram dados de consumos de eletricidade, devido à indisponibilidade de dados desagregados para outras formas de energia) verificou-se que apenas em 2016 ocorreu uma redução (significativa) face ao consumo do ano de referência (2012, ano identificado como representativo de uma grande redução dos consumos, e sendo assim uma referência para uma maior ambição na redução dos consumo). Quanto à introdução de veículos elétricos na administração pública, embora se tenha verificado mais do que uma duplicação no número de veículos elétricos ao serviço da Administração Pública, entre 2014 e 2016, este está ainda muito longe da meta para 2020. As iniciativas recentes do Fundo Ambiental, no sentido de promover a aquisição destes veículos, deverá contribuir para o melhor comportamento deste indicador nos próximos anos. No entanto considera-se que será muito difícil o cumprimento da meta para 2020 (1500 veículos elétricos).

O consumo de energia em edifícios, no setor doméstico e dos serviços, tem um importante potencial de eficiência (EC 3). A tendência dos últimos anos mostra alguma melhoria em termos de eficiência energética, mas relativamente moderados (0,7%/ano) face a uma expetativa mais otimista. Espera-se, no entanto, uma melhoria desta tendência, mesmo num ambiente de crescimento da economia que entretanto se tem vindo a verificar. No que se refere aos dados da classificação energética dos edifícios há que aguardar por mais informação já que os primeiros resultados são relativos a 2016 (resultado da mais recente alteração legislativa neste âmbito), no entanto são já evidenciados resultados positivos para a taxa de edifícios novos e reabilitados com boa classificação na certificação energética, em 2016.

Quanto à produção de energia renovável (EC 4), o crescimento da incorporação de

Fontes de Energia Renovável no consumo bruto de energia final é uma realidade de há alguns anos, mantendo-se uma tendência de crescimento em linha com os objetivos determinados pela Diretiva Renováveis. As expetativas de cumprimento da meta nacional de 31% em 2020 parecem passíveis de sucesso a manter-se este registo. As flutuações no custo médio com a Produção em Regime Especial, na componente Fontes Renováveis, podem estar relacionadas com o ritmo de entrada em funcionamento de novas instalações e com o mix de produção, verificados em cada ano. A variabilidade interanual da produção hidroelétrica poderá explicar, em parte, este comportamento.

Na iniciativa referente ao fomento do autoconsumo de energia (EC 5), refira-se que a potência instalada em unidades de autoconsumo tem vindo a crescer gradualmente nos últimos anos em função de políticas de incentivo a este investimento. Em dois anos foram instalados mais de 50 MW, sendo um movimento que se espera que se venha a consolidar e melhorar, no horizonte de 2020, que leve ao cumprimento da meta dos 300 MW.

No que se refere ao investimento em I&D&I (EC 6), o quantitativo de pedidos de patentes nacionais nas áreas tecnológicas definidas pelo IPC *Green Inventory* é relativamente exíguo: 14 pedidos em 2016 e 10 pedidos em 2015 revelam uma certa apatia nos segmentos I&D&I na área de energia, mitigação e adaptação às alterações climáticas. Contudo, são as áreas com maior número de registos em 2014 e 1016, estando em 2015 a par com a área dos resíduos. Já no que respeita ao conjunto das patentes nacionais concedidas e patentes europeias validadas em Portugal, o número é mais encorajador demonstrando um claro crescimento na área da energia.

No que refere à iniciativa EC 7, apesar do quantitativo absoluto de contadores inteligentes instalados no parque de clientes de eletricidade em BTN em 2016 se situar ligeiramente acima dos 12% dos clientes, a evolução recente parece indicar uma tendência de crescimento sustentado. De facto, a instalação de mais de 450 mil contadores inteligentes no ano de 2016 mostra já um esforço importante, que se espera se venha a cimentar nos próximos anos, com reflexos naturais no andamento deste Indicador de Sucesso.

As emissões de Gases com Efeito de Estufa, cujos objetivos de redução estão patentes na EC 11, sofreram uma importante redução durante o período de crise económica recente, verificado em Portugal e no espaço da União Europeia. Os resultados inscritos, bem assim como os de futuros anos, devem assim ser interpretados tendo em atenção esta circunstância, sem prejuízo de deverem ser reconhecidos os esforços muito importantes que têm vindo a ser implementados em Portugal neste domínio. As flutuações ao longo dos últimos três anos devem ficar a dever-se à variabilidade anual da produção hidroelétrica que tem um impacte muito significativo nas emissões do setor elétrico.

O indicador de sucesso da iniciativa EC 12, relativa à integração nos Instrumentos de Gestão Territorial da adaptação às alterações climáticas, não é monitorizável pelo que o

GTT EC já elaborou proposta de alteração do mesmo.

Quanto à entrada em funcionamento da reserva de estabilidade do mercado prevista na iniciativa EC 13, esta reserva foi constituída através da publicação da Decisão (UE) n.º 1814/2015, de 06 de outubro, estando prevista a sua entrada em funcionamento em 2019. Face ao exposto, e dada a publicação da referida Decisão considera-se que a iniciativa conforme formulada foi conseguida com sucesso.

Quanto à inclusão do setor "uso do solo, alterações do uso do solo e florestas" LULUCF - *Land Use, Land-Use Change and Forestry*) nas metas europeias de redução de emissões, iniciativa EC 16, a proposta de alteração ao Regulamento LULUCF foi apresentada pela COM a 20 de julho de 2016, estando desde então Portugal, através da APA, I.P., a acompanhar estas negociações que ainda se encontram em curso. A proposta da Comissão prevê uma ligação do sector LULUCF às metas europeias, ainda que de carácter limitado.

Quadro V – Resultados da monitorização das iniciativas Energia e clima 2014-2016

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
EC 1 i	Promover a eficiência, alargando os limiares de abrangência do sistema de gestão de consumos intensivos energéticos	» Aumento do número de empresas registadas no Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE)	7.1.1	2014	949	Número empresas registadas	DGEG; ADENE	n.a.	1027	1087
		» Redução do consumo de energia das empresas registadas no SGCIE (ktep)	7.1.2	2014	17,4	ktep	DGEG; ADENE	17,4	12,1	8,0
EC 2	Promover a eficiência energética na Administração Pública (AP) (incluindo na iluminação pública, edifícios e frotas), através de medidas de natureza tecnológica e de gestão dos sistemas	» Redução de consumo de eletricidade em iluminação pública	7.2.1	2014	1478 GWh/ano	%	DGEG	n.a.	-0,2%	-1,2%
		» Redução de consumo de energia na AP (eletricidade e outras formas de energia), 30% em 2020 (relativamente ao ano 2012)	7.2.2	2012	1892 GWh	%	DGEG	18,1%	30,2%	-23,8%
		» Introdução de 1200 veículos elétricos até 2020 na AP	7.2.3	2014	22	Número de veículos	ESPAP	22	51	53
EC 3	Promover a eficiência energética no edificado	» Redução do consumo final de energia no setor Doméstico para habitação e no setor dos Serviços nos edifícios	7.3.1	2014	4419 ktep	%	DGEG	n.a.	0,3%	1,4%
		» Aumento da percentagem de edifícios novos com classificação energética A ou A+	7.3.2	2016	53,8%	%	ADENE	-	-	53,8%
		» Aumento da percentagem de edifícios objeto de grande reabilitação com classificação energética B ou superior	7.3.3	2016	51,2%	%	ADENE	-	-	51,2%
EC 4	Aumentar a produção de energia renovável de baixo impacto, promovendo a utilização de tecnologias custo-eficientes que fomentem a competitividade	» % de incorporação de Fontes de Energia Renovável no consumo final bruto de energia: 31% em 2020 e 40% em 2030	7.4.1	2014	26,9%	%	DGEG	26,9%	27,9%	28,5%
		» Custo médio (€/MWh) com a produção em Regime Especial (tecnologias renováveis)	7.4.2	2014	99,9 €/MWh	€/MWh	ERSE	99,9	102,1	98,2
EC 5	Fomentar o autoconsumo de energia, evitando sobrecustos adicionais para o SEN – Sistema Elétrico Nacional	» 300MW de potência instalada em Unidades de Produção para Auto Consumo em 2020	7.5.1	2014	0	MW	DGEG	0	18,6	53,1

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
EC 6 ii	Dinamizar o investimento em I&D&I na área de energia, mitigação e adaptação às alterações climáticas	» Número de pedidos nacionais de patentes nas áreas tecnológicas definidas pelo IPC Green Inventory (Comité de Peritos da Classificação Internacional de Patentes)	7.6.1	2014	n.a.	Número pedidos	INPI	12	10	14
		» Número de patentes nacionais concedidas e patentes europeias validadas em Portugal nas áreas tecnológicas definidas pelo IPC Green Inventory (Comité de Peritos da Classificação Internacional de Patentes)	7.6.2	2014	n.a.	Número patentes	INPI	102	122	168
		» Aumento da percentagem de investimento em I&D&I na área da energia relativamente ao PIB	7.6.3	_	_	_	_	ii		
EC 7	Fomentar a instalação economicamente viável de contadores inteligentes	» Percentagem de contadores inteligentes instalados em clientes em Baixa Tensão Normal (BTN) e na Iluminação Pública no parque total de consumidores de eletricidade em BTN em Portugal Continental	7.7.1	2014	123368 contadores inteligentes	%	EDP Distribuição; ERSE	2,0%	4,7%	12,3%
EC 8 Iniciativa em *stand by* iii	Concretização do desígnio europeu para as interligações de energia elétrica	» Metas para interligações de energia elétrica com a Europa (fronteiras PT-ES e ES-FR): 10% até 2020 e 15% até 2030	7.8.1	_	_	_	DGEG	_	_	iii
EC 9 Iniciativa em *stand by* iv	Promover projetos de exportação de energia elétrica a partir de produção com base em fontes renováveis para cumprimento de metas europeias	» Aumento do número de acordos de transferência estatística de energia renovável ou do número de projetos conjuntos	7.9.1	_	_	_	DGEG	_	_	iv
		» Aumento da energia anual exportada através de acordos bilaterais de transferência física ou estatística de eletricidade "renovável" (MWh)	7.9.2	_	_	_	DGEG	_	_	iv
EC 10 Iniciativa em *stand by* v	Estabelecer, no contexto europeu, o objetivo para as interligações de gás natural, posicionando Portugal como porta de entrada de Gás Natural Liquefeito (GNL) na Europa	» Concretização da 3ª interligação de gás entre Portugal e Espanha após confirmação de: interligação nos Pirenéus; obtenção do financiamento por parte da UE	7.10.1	_	_	_	DGEG	_	_	v

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
EC 11	Implementação do PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas	» Redução das emissões de GEE entre 18% (72,0 Mt CO_2 eq.) e 23% (68,0 Mt CO_2 eq.) em 2020 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO_2 eq.), contingente aos resultados das negociações europeias	7.11.1	2005	87,8 Mt CO_2 eq.	%	APA, I.P.	26,9%	21,8%	24,5%
		» Redução das emissões de GEE entre 30% (61,5 Mt CO_2 eq.) e 40% (52,7 Mt CO_2 eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO_2 eq.), contingente aos resultados das negociações europeias	7.11.2	2005	87,8 Mt CO_2 eq.	%	APA, I.P.	26,9%	21,8%	24,5%
EC 12 vi	Integrar a adaptação nos Instrumentos de Gestão Territorial	» Número de municípios com PDM revistos que integram adaptação às alterações climáticas	7.12.1	_	_	_	APA, I.P.	vi		
EC13	Fomentar no contexto europeu a reforma do CELE, incluindo a rápida entrada em funcionamento da reserva de estabilidade de mercado	» Entrada em funcionamento da reserva de estabilidade	7.13.1	n.a.	n.a.	Sim ou Não	APA, I.P.	Não	Sim	Sim
EC 14 Iniciativa em *stand by* vii	Defender, no contexto europeu, a promoção de projetos domésticos visando alcançar reduções de emissão custo-eficazes como um novo mecanismo de flexibilidade para CELE e não-CELE, dentro de limites definidos	» Adoção, a nível europeu, de um mecanismo de flexibilidade relativo a projetos domésticos	7.14.1	n.a.	n.a.	Sim ou Não	APA, I.P.	Não	Não	vii
EC 15	Promover a nível comunitário a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE	» Recomendação da Comissão Europeia para a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE nos sectores não CELE, no âmbito de políticas e medidas de baixo carbono	7.15.1	n.a.	n.a.	Sim ou Não	APA, I.P.	Não	Não	Não

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
EC 16	Promover a inclusão do setor "uso do solo, alterações do uso do solo e florestas" (LULUCF - Land Use, Land-Use Change and Forestry) nas metas europeias de redução de emissões	» Inclusão do setor LULUCF nas metas europeias de redução de emissões	7.16.1	n.a.	n.a.	Sim ou Não	APA, I.P.	Não	Não	Sim

i Para este indicador consideram-se as economias de energia obtidas pela implementação das medidas de racionalização dos consumos dos Planos de Racionalização e validadas através dos relatórios de execução e progresso. A obrigação de reporte é bienal, pelo que apenas de dois em dois anos são validadas as economias de energia dos Planos que estão a decorrer. Deste modo, para os anos de 2015 e 2016 a informação não está completa, pois apenas em 2017 tinham que ser apresentados os relatórios desse biénio, assim como apenas em 2018 serão apresentados os relativos ao biénio 2016-2017 e em 2019 os relativos a 2017-2018. Importa também referir que além de eventuais atrasos na entrega dos relatórios, apenas depois de validada a informação é considerada.

ii Não foi possível apurar a monitorização do indicador de sucesso 3 pois carece de articulação entre diversas entidades que ainda não foi possível estabelecer.

iii Decorre o acompanhamento em fóruns a nível europeu esta temática, nomeadamente no *High Level Group on Interconnections for South West Europe*; está ainda em desenvolvimento uma nova metodologia para cálculo da capacidade de interligação, pelo grupo técnico específico criado pela Comissão Europeia para estudar esta temática.

iv Não existem registos da realização de acordos de transferência estatística de energia renovável ou de projetos conjuntos neste âmbito.

v O projeto ainda se encontra em fase de estudos não se tendo registado qualquer avanço no decurso do período de monitorização – Estudo de Impacte Ambiental teve uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável e estão a ser estudadas alternativas. A concretização do projeto está dependente da realização do projeto STEP/MIDCAT (ES-FR) que ainda está em fase de estudos. De registar a permanência deste projeto na 3ª lista de projetos de Interesse Comum (PIC), que foi publicada pela Comissão Europeia em 23 de novembro de 2017 (documento C(207) 7834 final).

vi o indicador de sucesso apresenta grandes dificuldades de monitorização, pelo que, foi proposto novo indicador pelo GTT EC que será monitorizado no próximo relatório de monitorização.

vii Todas as negociações comunitárias relativas a esta iniciativa já terminaram, não tendo ficado prevista a promoção de projetos domésticos como mecanismo de flexibilidade para CELE e não-CELE.

3.2.4 Mobilidade e transportes - Monitorização dos indicadores de sucesso

Os resultados apurados para os indicadores de sucesso das iniciativas Mobilidade e transportes encontram-se no quadro VI.

A necessidade de monitorização das dez iniciativas da área temática da mobilidade e transportes (MTR), no âmbito do Compromisso para o Crescimento Verde, tem em grande medida contribuído para um reforço da monitorização da vertente da sustentabilidade desta área numa perspetiva mais abrangente.

De facto, o processo de revisão de indicadores e a consequente identificação de carências de dados que proporcionassem a monitorização das iniciativas MTR, estimularam a realização do I Inquérito à Mobilidade Sustentável, em 2018, dirigido aos municípios de Portugal Continental. A elevada taxa de resposta alcançada (45,3%) patenteia o interesse demonstrado à escala nacional pelo apuramento de dados sobre a mobilidade sustentável e permitiu a monitorização de nove indicadores de sucesso que permitem o acompanhamento da evolução de três das iniciativas MTR.

Paralelamente, a necessidade de continuar a desenvolver os instrumentos disponíveis para aferir a evolução da mobilidade sustentável conduziu à constituição de uma linha de ação MTR que procura identificar possíveis fontes de dados - cuja compilação possa contribuir para colmatar as referidas lacunas e, na ausência das mesmas, avaliar a pertinência de propor a implementação de novos métodos para recolha de dados e sugerir as entidades mais capacitadas para efetuar essa recolha

No âmbito da monitorização efetuada no corrente ano, importa assinalar a evolução positiva de algumas iniciativas que este primeiro exercício de monitorização permitiu desde já reconhecer.

Em primeiro lugar destaque-se o aumento de passageiros nos serviços públicos de transporte. Com efeito, registou-se um aumento de 12,60% dos pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros entre 2013 e 2016, deixando antever uma trajetória de evolução que, a manter-se, permitirá superar os 15% de aumento definidos como objetivo, o que se afigura como uma evolução favorável das condições de transferência do transporte individual para o coletivo, em especial nas áreas metropolitanas (MTR 1).

Por sua vez no que respeita a promoção da mobilidade elétrica (MTR 3) o crescimento desta vertente é visível em múltiplos indicadores como no aumento do número de veículos elétricos no parque automóvel (2.374 em 2014, para 4.905 em 2016); no incremento da percentagem de novos registos de veículos elétricos nas vendas anuais de novos veículos (0,20% em 2014, para 0,49% em 2016); na evolução do número de pontos de carregamento instalados ligados à rede MOBI.E (1.189 em 2014, para 1.301 em 2016); no aumento dos kWh fornecidos nos pontos de carregamento da rede MOBI.E (164.311kWh em 2014, para 796.204kWh em 2016) e no número de veículos elétricos na frota da Administração Pública (22 em 2014, para 53 em 2016).

Registe-se ainda a evolução positiva observada na promoção do uso dos modos suaves como meio eficiente para a mobilidade urbana (MTR 9), e que se traduz no incremento dos quilómetros de vias cicláveis (592,5km para 624,7km), no aumento do número de bicicletas disponíveis em sistemas/programas de partilha de bicicletas (272 bicicletas para 507 bicicletas) e no incremento de zonas de coexistência (68 zonas para 90 zonas).

Quadro VI - Resultados da monitorização das iniciativas Mobilidade e transportes 2014-2016

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor de referência	Unidade	Fonte de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
MTR 1 i	Criar condições para a transferência do transporte individual para o coletivo, em especial nas áreas metropolitanas (ex: melhorando o transporte coletivo e implementando medidas dissuasoras da utilização do automóvel individual)	» Aumentar em 15% os pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros entre 2014-2020)	8.1.1	2013	10624 10^6pkm	%	INE	-1,39%	1,87%	12,60%
		» Redução das emissões de GEE, CO, COV, NOx e partículas	8.1.2.1	1º ano monitorização SPEM	n.a.	ton CO_2eq/ano	APA, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
			8.1.2.2		n.a.	ton CO/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.1.2.3		n.a.	ton COV/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.1.2.4		n.a.	ton NOx/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.1.2.5		n.a.	ton partículas/ano		n.d.	n.d.	n.d.
		» Número de medidas dissuasoras da utilização do veículo individual implementadas nos últimos três anos	8.1.3	n.a.	_	N.º	IMT, I.P.	n.a.	n.a.	176
MTR 2 ii	Aumentar a transferência do transporte de passageiros e de mercadorias para a ferrovia	» Aumento da percentagem de passageiros (%pkm) e de mercadorias (%tkm) transportados em ferrovia face aos restantes modos de transporte	8.2.1.1	2013	43,3	%pkm	INE	6,36%	6,09%	0,64%
			8.2.1.2	2013	5,5	%tkm	INE	15,08%	39,72%	35,55%
		» Redução da intensidade energética no sector (tep/pkm e tep/tkm)	8.2.2.1	2014	-15,4	tep/pkm	INE; DGEG	-15,40	-7,60	+36,68
			8.2.2.2	2014	-12,4	tep/tkm	INE; DGEG	-12,43	-28,71	-20,51
MTR 3 i	Promover a mobilidade elétrica, alargando e introduzindo maior concorrência na rede pública e privilegiando os modos de carregamento em locais privados (habitações e locais de trabalho) e em locais privados de acesso público (ex. centros comerciais)	» Número de veículos elétricos no parque automóvel	8.3.1	2014	2374 veículos	N.º	IMT, I.P.	2 374	3 398	4 905
		» Percentagem de novos registos de veículos elétricos, por categoria	8.3.2	2014	380 veículos elétricos	%	IMT, I.P.	0,20%	0,41%	0,49%
		» Número de pontos de carregamento (potência normal e alta potência) instalados ligados à rede MOBI.E	8.3.3	2014	1189 pontos	N.º	MOBI.E	1189	1263	1301
		» kWh fornecidos nos pontos de carregamento da rede MOBI.E	8.3.4	2014	164311 KWh	kWh/ano	MOBI.E	164 311	352 876	796 204
		» Número de veículos elétricos na renovação da frota da Administração Pública (AP) (1200 até 2020)	8.3.5	2014	22	N.º	ESPAP	22	51	53
		» Redução das emissões de GEE, CO, COV, NOx e partículas	8.3.6.1	1º ano monitorização SPEM	n.a.	ton CO_2eq/ano	APA, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
			8.3.6.2		n.a.	ton CO/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.3.6.3		n.a.	ton COV/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.3.6.4		n.a.	ton NOx/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.6.3.5		n.a.	ton partículas/ano		n.d.	n.d.	n.d.

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor de referência	Unidade	Fonte de informação base	Resultados 2014	2015	2016
MTR 4 iii	Elaborar planos de mobilidade ao nível da Administração Pública (AP) e das empresas	» Implementação de planos de mobilidade em 10 polos geradores/atractores do sector privado com mais de 500 trabalhadores	8.4.1	2016	0	N.º	IMT, I.P.	0	0	0
		» Implementação de planos de mobilidade em 10 polos geradores/atractores da AP com mais de 500 trabalhadores	8.4.2	2016	0	N.º	IMT, I.P.	0	0	0
MTR 5 i iii	Incentivar a utilização de veículos movidos a combustíveis alternativos	» Redução das emissões das emissões de GEE, CO, COV, NOx e partículas	8.5.1.1	1º ano monitorização SPEM	n.a.	ton CO_2eq/ano	APA, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
			8.5.1.2		n.a.	ton CO/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.5.1.3		n.a.	ton COV/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.5.1.4		n.a.	ton NOx/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.5.1.5		n.a.	ton partículas/ano		n.d.	n.d.	n.d.
		» Consumo de combustíveis alternativos face ao total no transporte rodoviário (ktep)	8.5.2	2014	6,3%	%	DGEG	6,27%	7,57%	6,33%
		»Número de novos veículos movidos a combustíveis alternativos	8.5.3	2014	1387 veículos a combustível alternativo	N.º	IMT, I.P.	1 387	1 691	2 435
		» Nº de veículos de transporte público coletivo movidos a combustíveis alternativos	8.5.4	2014	373 veículos TP a combustível alternativo	N.º	IMT, I.P.	373	381	383
MTR 6 i	Promover a utilização de biocombustíveis avançados (conforme Diretiva (EU) 2015/1513 - ILUC)	» % de incorporação de energias renováveis no consumo de energia final nos transportes (10% até 2020)	8.6.1	2014	3,66%	%	DGEG	3,66%	7,38%	7,51%
		» Quantidade (tep) de biocombustíveis avançados incorporada nos transportes rodoviários	8.6.2	2014	0 ktep	tep/ano	ENMC	0	0	0
		» Redução das emissões de GEE, CO, COV, NOx e partículas	8.6.3.1	1º ano monitorização SPEM	n.a.	ton CO_2eq/ano	APA, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
			8.6.3.2		n.a.	ton CO/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.6.3.3		n.a.	ton COV/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.6.3.4		n.a.	ton NOx/ano		n.d.	n.d.	n.d.
			8.6.3.5		n.a.	ton partículas/ano		n.d.	n.d.	n.d.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	SECCV	Monitorização Compromisso Crescimento Verde 2014-2016	116	28/09/2018

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor de referência	Unidade	Fonte de informação base	Resultados 2014	2015	2016
MTR 7	Fomentar o desenvolvimento da rede de postos de abastecimento de combustíveis alternativos e pontos de carregamento	» Número total de postos de abastecimento licenciados por tipologia de combustível alternativo	8.7.1	2014	312 postos	N.º	DGEG	312	344	371
		» Número de pontos de carregamento (potência normal e alta potência) instalados ligados à rede MOBI.E	8.7.2	2014	1189 pontos	N.º	MOBI.E	1189	1263	1301
MTR 8	Divulgar informação sobre opções de mobilidade urbana sustentável	» Número de iniciativas de divulgação da mobilidade sustentável previstas em planos de mobilidade e planos de ação de mobilidade urbana sustentável (PAMUS e outros)	8.8	2016	n.a.	%	IMT, I.P.	n.d.	n.d.	33,60%
MTR 9 iv	Promover o uso dos modos suaves como meio eficiente para a mobilidade urbana e através da "mobilidade combinada", articulando em particular com os modos de transporte coletivo	» Novos quilómetros de vias cicláveis	8.9.1	2016	n.a.	Km	IMT, I.P.	n.d.	592,5	624,7
		» Número de bicicletas disponíveis em sistemas / programas de partilha de bicicletas	8.9.2	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	272	507
		» Novas zonas de coexistência	8.9.3	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	68	90
		» Número de instituições académicas com programas de promoção da utilização de modos suaves	8.9.4	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	0	1
		» Número de operadores de transporte com condições para transportar bicicletas por tipo de condições disponibilizadas	8.9.5	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
MTR10 iii	Promover a intermodalidade através da criação/utilização de parques de estacionamento periféricos, dissuasores do uso do transporte privado, de forma gratuita ou a preço reduzido para quem possui título de transporte público	» Aumento do número de parques e lugares de estacionamento periférico alinhados com esta iniciativa	8.10.1.1	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	n.d.	27 284
			8.10.1.2	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	n.d.	153
		» Número de parques de estacionamento periféricos dissuasores do uso do transporte individual	8.10.2	2016	n.a.	N.º	IMT, I.P.	n.d.	n.d.	2141

i Os indicadores de sucesso referentes a redução de emissões atmosféricas (gases com efeito de estufa, monóxido de carbono, compostos orgânicos voláteis, óxidos de azoto e partículas) associadas ao efeito desta iniciativa ainda não possuem resultados disponíveis pois estes estão dependentes da implementação integral do Sistema Nacional para Políticas e Medidas (SPeM). O SPeM é um sistema de implementação obrigatória que avaliará o progresso alcançado em matéria de políticas de mitigação setoriais e efetuará a monitorização do cumprimento das obrigações nacionais, incluindo metas setoriais, no âmbito do pacote energia e clima da União Europeia e das políticas do ar nos horizontes 2020, 2025 e 2030, conforme estabelecidas nos documentos estratégicos nacionais das políticas de alterações climáticas e do ar, serão monitorizados em conformidade com os requisitos e as diretrizes europeias e internacionais, em articulação com o inventário nacional de emissões. Os indicadores de sucesso apenas terão resultados associados quando o SPeM prosseguir com a referida fase de monitorização.

ii os resultados dos indicadores de sucesso permitem unicamente contabilizar o transporte público de passageiros, não sendo mensurável o volume de transferência modal proveniente do transporte rodoviário individual.

iii Os resultados referentes aos indicadores de sucesso não abrangem a totalidade do universo que a iniciativa pretende alcançar, trata-se da aproximação possível à data.

iv Os resultados disponíveis não permitem conhecer o peso destes modos de deslocação no total de deslocações urbanas que seria o melhor indicador de sucesso para monitorizar a promoção do uso dos modos suaves. Os resultados tem por base as respostas ao inquérito à Mobilidade Urbana Sustentável realizado pelo IMT a que responderam 47% dos municípios de Portugal continental.

3.2.5 Indústria transformadora e extrativa - Monitorização dos indicadores de sucesso

Os resultados apurados para os indicadores de sucesso das iniciativas Indústria transformadora e extrativa encontram-se no quadro VII.

No que se refere à iniciativa IND 1 não há, ainda, dados a reportar pois não existe informação sistematizada sobre os parques industriais existentes. Contudo, pelo interesse em conhecer estes números, o IAPMEI, enquanto ponto focal desta iniciativa, tem em preparação um inquérito aos municípios no sentido de dar resposta a estes indicadores. O conhecimento desta informação é relevante pois permitirá, não só apurar a situação atual, como melhor refletir sobre o interesse e a forma de dinamizar os parques industriais e as ZER potenciando as suas vantagens, nomeadamente, no que se refere à criação das condições para simbioses industriais, à promoção da partilha de meios, de infraestruturas, de equipamentos, de matérias-primas ou outros e, deste modo, contribuir para alavancar a economia circular.

De igual modo, para a IND 2, o IAPMEI, enquanto responsável por monitorizar esta iniciativa, colaborou na realização do inquérito para apurar as situações de simbioses industriais e de utilização eficiente de recursos que permitam caracterizar a situação nacional no que se refere à economia circular e, posteriormente, suportar a melhor reflexão sobre estes temas.

Quanto à iniciativa IND 3, relativa à cogeração com base na procura de calor útil no mercado interno da energia, no sentido de promover a cogeração de elevada eficiência e as unidades de cogeração cuja potência térmica nominal total seja inferior a 20 MW, a fim de incentivar a produção de energia descentralizada, reduzindo as emissões atmosféricas associadas aos processos de combustão e reduzindo os custos de operação, tem vindo a registar, entre 2014 a 2016, um decréscimo do número de instalações com licença de produção em cogeração, registando 110 instalações no fim do ano de 2016, menos três instalações face a 2014. Acompanhando a tendência de decréscimo do número de instalações, a potência instalada em cogeração atingiu 1.655 MW em 2016, -6% face a 2014. De igual modo, a produção de energia elétrica e calor, registou em 2016 uma descida de 3% face a 2014, depois de ter em 2015 atingido um aumento de 2%. O decréscimo registado ao nível da cogeração, no período de 2014 a 2016, deve-se essencialmente à grave crise financeira decorrida no período em causa, que abalou o setor industrial, travando o investimento neste tipo de medida de eficiência energética, importando por isso, promover este tipo de iniciativas, através do apoio ao investimento inicial e estabelecer procedimentos normalizados e simplificados para facilitar o licenciamento de produção em cogeração.

No que se refere ao uso de combustíveis alternativos, no mix energético da indústria transformadora, iniciativa IND 4, os valores entre 2014 e 2016 tiveram uma queda íngreme em 2015, cerca de 16%, recuperando em 2016 para os valores registados em 2014. Importa analisar e compreender melhor a variação referida, no entanto, implica

integrar as empresas abrangidas pelo regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), no regulamento do sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE), no sentido de melhor compreender, monitorizar e gerir os consumos de energia que de outra forma não são conhecidos, dando cumprimento ao previsto nas Diretivas Europeias relativas à eficiência energética e aos combustíveis alternativos.

Quanto à iniciativa IND 5, os cinco indicadores definidos apenas permitem monitorizar o lado da oferta e, com base nos resultados disponíveis, apenas para três dos indicadores, pode verificar-se um crescimento ligeiro e ainda pouco consistente da certificação de produtos e serviços. Estes dados podem sugerir que a avaliação do desempenho de um produto durante todo o seu ciclo de vida e/ou a necessidade de provas da informação sobre o desempenho ambiental dos produtos no mercado ainda não tem suficiente expressividade do lado da procura, pelo que, deverá ser feito um esforço para melhor caracterizar a oferta e de algum modo caracterizar a procura. Quanto ao indicado de sucesso 9.5.4 não dispõe de dados uma vez que a norma ISO 14006 não é certificável pelo que ao indicador terá de ser ajustado.

A interoperabilidade entre a plataforma de Licenciamento Único Ambiental (LUA) e as plataformas de licenciamento industrial, constante da iniciativa IND 6, prevê a implementação de funcionalidades no sistema que contribuam para melhorar e facilitar a interação entre os operadores industriais e a administração pública, aumentando a eficácia e eficiência dos procedimentos necessários no âmbito do licenciamento de atividades. No período temporal a que se refere este relatório não houve alterações relevantes nas plataformas de licenciamento. Contudo, os trabalhos preparatórios com vista ao desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica para o licenciamento industrial (SIR) que assegure a necessária interoperabilidade com a plataforma de Licenciamento Único Ambiental (LUA) estão em curso e está prevista a sua conclusão para final do ano de 2018.

Quanto à iniciativa IND 7, referente às práticas de sustentabilidade na indústria extrativa importa referir que esta se divide em dois setores diferenciados, as minas (exploração de depósitos minerais, domínio público do estado) e as pedreiras (exploração de massas minerais, domínio privado).

No caso das minas os contratos administrativos dependem das orientações políticas do governo pelo que a análise do número de contratos assinados quer para prospeção e pesquisa quer para exploração, entre 2014 e 2016, refletem essas orientações conforme se comprova pelo n.º médio de dias. Os valores dos indicadores para o ano de 2017 e seguintes irão traduzir as orientações atuais para este setor.

Quanto à exploração de massas minerais, pedreiras, as entidades licenciadoras eram as extintas Direções Regionais de Economia, razão pela qual não estão disponíveis dados para o período de 2014 a 2016. Atualmente estas competências estão acometidas à DGEG que disponibilizará os valores dos indicadores a partir de 2017.

Importa no entanto referir que a quase totalidade das licenças de exploração atribuídas estão sujeitas ao procedimento de avaliação de impacte ambiental, sendo o estudo de impacte ambiental (EIA) uma peça instrutória do pedido de atribuição de licença. Assim, o indicador n.º médio de dias para atribuição da licença de acesso à atividade inclui os períodos de análise e tramitação, do pedido, do EIA e das condições da Declaração de Impacte Ambiental resultante.

Relativamente à iniciativa IND 8, apesar de se encontrarem em curso alguns estudos de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos, o efetivo desenvolvimento da indústria extrativa de hidrocarbonetos não tem tido expressão em Portugal uma vez que não existe nenhuma instalação em operação. Assim, referindo-se esta iniciativa às boas práticas de sustentabilidade na extração de hidrocarbonetos, foi considerada relevante e adequada a manutenção da iniciativa em suspensão temporária, que se designou por "*stand by",* efetuando-se pontos de situação anuais enquanto se aguarda por novos desenvolvimentos que justifiquem alterar a situação.

Quanto à iniciativa IND 9, relativa à existência de uma ferramenta que permita disponibilizar informação espacial sobre recursos geológicos, foi efetuado o levantamento da informação atualizada entre 2014 e 2016, no entanto, ainda não foi possível apurar os resultados para os indicadores de sucesso definidos.

Finalmente, a iniciativa IND 10, relativa à internacionalização do setor extrativo foi igualmente considerado adequado manter a mesma em *stand by* e aguardar por novos desenvolvimentos.

Quadro VII - Resultados da monitorização das iniciativas Indústria transformadora e extrativa 2014-2016

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
IND 1 i	Desenvolver parques industriais e Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) para otimização dos fluxos de recursos entre indústrias	» Número de parques industriais (incluindo eco-parques) e Zonas Empresarias Responsáveis (ZER)	9.1.1	2012	421	Número	IAPMEI (inquérito)	n.d.	n.d.	n.d.
		» Número de estabelecimentos industriais instalados em parques industriais (incluindo eco-parques) e Zonas Empresariais Responsáveis (ZER)ii por CAE	9.1.2	2017	n.a.	Número	IAPMEI (inquérito)	n.d.	n.d.	n.d.
IND 2 i	Promover a utilização eficiente de recursos (materiais e energia) e as boas práticas de economia circular na indústria	» Número de simbioses industriais	9.2.1	2017	n.a.	Número	Inquérito	n.d.	n.d.	n.d.
		» Número de projetos que promovam o UER e a economia circular	9.2.2	2017	n.a.	Número	Inquérito	n.d.	n.d.	n.d.
IND 3	Promover a cogeração como forma de aumento da eficiência energética dos processos produtivos, minimizando o ónus para os consumidores de energia e removendo barreiras artificiais não ambientais ligadas ao licenciamento	» Número de instalações com sistemas de cogeração por setor	9.3.1	2014	113	Número	DGEG	113	111	110
		» Potência instalada (MW) renovável e não renovável	9.3.2	2014	1759	MW	DGEG	1759	1679	1655
		» Produção de energia elétrica e calor (MWh) por setor	9.3.3	2014	24 063 666 MWh	MWh	DGEG	24 063 666	24 460 256	23 458 755
IND 4	Aumentar a percentagem de utilização de combustíveis alternativos no mix energético das indústrias transformadoras	» Percentagem de resíduos não renováveis, lenhas e resíduos vegetais, biogás, biocombustíveis e outras renováveis como fonte energética industrial	9.4.1	2014	5,5%	%	DGEG	5,5%	4,6%	5,5%

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
IND 5 ii	Estimular a oferta e a procura de produtos e serviços com impacte ambiental reduzido, nomeadamente através de certificação e conceção ecológica dos produtos e serviços	» Número de estabelecimentos industriais com certificação EMAS e/ou ISO 14001	9.5.1.1	2014	38 (EMAS)	Número	APA	38	39	34
			9.5.1.2	2014	408 (ISO14001)	Número	Entidades certificadoras	408	419	415
		» Número de produtos e serviços com rótulos e declarações ambientais de acordo com os princípios orientadores da norma ISO 14024	9.5.2	2014	675	Número	DGAE	675	864	1 076
		» Número de produtos com Declaração Ambiental de Produto (DAP) de acordo com a ISO 14025 ou EN 15804	9.5.3	2014	0	Número	CTCV/DAPHabitat	0	3	3
		» Número de organizações com certificação ISO 14006 ou Sistemas de Gestão Ambiental EcoDesign, UNE 150301:2003	9.5.4	2014	0	Número	Entidades certificadoras	ii	ii	ii
		» Número de projetos no âmbito SIFIDE com majoração EcoDesign	9.5.5	2018	_	Número	ANI	n.a.	n.a.	n.a.
IND 6	Melhorar a interoperabilidade entre o LUA e as plataformas de licenciamento industrial	» Implementação no SIR das funcionalidades de "submissão faseada", de "renovação" e "caso a caso"	9.6.1	2015	0	Número	APA/IAPMEI	n.a.	0	0
IND 7	Promover o desenvolvimento da indústria extrativa assente nas melhores práticas de sustentabilidade	» Número de contratos assinados para a prospeção e pesquisa de recursos geológicos	9.7.1	2014	6	Número	DGEG	6	11	12
		» Número de contratos assinados para a exploração de depósitos minerais (Minas)	9.7.2	2014	2	Número	DGEG	2	6	3
		» Número de novos licenciamentos atribuídos para a exploração de massas minerais (Pedreiras)	9.7.3	2017	8	Número	DGEG	n.d.	n.d.	n.d.
		» Número médio de dias para assinatura dos contratos ou para a atribuição dos licenciamentos, desde a entrada do processo até à atribuição do título de acesso à atividade	9.7.4.1	2014 para minas	1535	dias para assinatura contrato exporação depósitos minerais	DGEG	1535	1773	1166
			9.7.4.2	2017 para pedreiras	1830 dias	dias para licenciamento pedreiras	DGEG	n.a.	n.a.	n.a.
		» Percentagem de superfície total de antigas áreas mineiras recuperadas face às principais áreas inventariadas	9.7.5	2015	1927,29 hectares	%	EDM	n.a.	46,9%	47,0%

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados		
								2014	2015	2016
IND 8 Iniciativa em stand by iii	Desenvolver a indústria extrativa de hidrocarbonetos assente nas melhores práticas de Health, Safety and Environment	» Número de contratos assinados on-shore e off-shore	9.8.1	2014	0	Número	DGEG	n.a.	iii	iii
		» Número de Km^2 objeto de estudos de prospeção e pesquisa on-shore e off-shore	9.8.2	2014	_	km^2	DGEG	n.a.	iii	iii
		» Número de metros de sondagens realizados on-shore e off-shore por ano	9.8.3	2014	_	metros	DGEG	n.a.	iii	iii
		» Percentagem de energia consumida numa instalação de exploração e produção de petróleo e gás proveniente de fontes de energia renovável	9.8.4	n.a.	n.a.	%	DGEG	n.a.	iii	iii
		» A percentagem de água tratada reutilizada na instalação de exploração e produção de petróleo e gás	9.8.5	n.a.	n.a.	%	DGEG	n.a.	iii	iii
IND 9 iv	Facilitar o acesso e cruzamento de dados espaciais (Recursos Geológicos e Ordenamento do Território) por parte dos agentes públicos e privados nos Geoportais existentes	» Percentagem de território com informação geológica atualizada e disponível na forma de cartas geológicas	9.9.1	2014	n.d.	%	LNEG	n.d.	n.d.	n.d.
		» Percentagem de território com informação geológica atualizada e disponível na forma de cartas de recursos	9.9.2	2014	n.d.	%	LNEG	n.d.	n.d.	n.d.
IND 10 Iniciativa em stand-by v	Divulgar e internacionalizar o setor extrativo acompanhando de uma forma muito próxima os investidores através de um Balcão Único Mineiro e recolhendo informação que permita identificar quais as estratégias mais eficazes de captação de investimento	» Número de contratos de prospeção e pesquisa de recursos geológicos, respetivas áreas e investimento, em que estejam envolvidos investidores externos	9.10.1	_	_	_	DGEG	v	v	v
		» Número de contratos de exploração de depósitos minerais em que estejam envolvidos investidores externos e respetivos investimentos	9.10.2	_	_	_	DGEG	v	v	v
		» Número de licenciamentos de massas minerais em que estejam envolvidos investidores externos e respectivos investimentos	9.10.3	_	_	_	DGEG	v	v	v

i Os resultados serão apurados através de inquérito aos municípios a realizar pelo IAPMEI e que se espera obter informação relativa ao ano de 2018

ii O indicador de sucesso 9.5.4 não é monitorizável pois a norma ISO 14006 não é certificável, pelo que será efetuada proposta para a sua alteração que permita uma aproximação aos objetivos da iniciativa

iii Não existem evoluções significativas no desenvolvimento da indústria extrativa de hidrocarbonetos em Portugal

iv Não foi possível apurar os resultados para estes indicadores de sucesso. No próximo relatório de monitorização esta informação estará apurada e será disponibilizada informação relativa aos anos anteriores

v Não foi desenvolvido o Balcão Único Mineiro e como tal a recolha de informação fica prejudicada

3.2.6 Cidades e território - Monitorização das iniciativas e indicadores de sucesso

Os resultados apurados para os indicadores de sucesso das iniciativas Cidades e território (CT) encontram-se no quadro VIII.

A iniciativa CT 1 pretende assegurar o uso racional e eficiente do solo, através de uma série de medidas, tendo 5 indicadores de sucesso que permitem acompanhar a sua evolução.

O primeiro indicador estabelecido para medir esta iniciativa, 11.1.1, é o grau de artificialização dos solos, retirado da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS), cartografia produzida pela Direção Geral do Território que descreve a ocupação/uso do solo em Portugal Continental nos anos 1995, 2007 e 2010. Ao longo destes anos, os territórios artificializados registaram um aumento até aos 447 401 ha em 2010, o que corresponde a 5% do território de Portugal Continental, um valor que no futuro não se pretende ultrapassar. A falta de dados para os anos de 2014 a 2016 não permitiu, ainda, conhecer a evolução dos territórios artificializados.

Quanto à área classificada nos Planos Diretores Municipais como solo urbano, indicador 11.1.2, registou-se inicialmente um aumento de área entre 2014 e 2015, mas no ano seguinte a área reduziu para 638 042 ha, valor que se situa ainda acima do estabelecido como referência (631 137 ha em 2014), sendo objetivo a redução desta área até o ano 2010.

No que toca ao número de planos territoriais intermunicipais com decisão de elaboração e em vigor, indicador 11.1.3, é de 3 planos, não havendo variação desde 2014.

A integração das normas dos planos/programas especiais de ordenamento do território nos planos territoriais municipais e intermunicipais, indicador 11.1.4, iniciou-se em 2016, em 2 planos diretores municipais (Espinho e Campo Maior), ambos no âmbito de procedimentos de revisão.

O indicador 11.1.5 é relativo às áreas protegidas, de âmbito regional e local, integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) que são medidas anualmente e não tiveram alterações no valor durante o período em causa, abrangendo 48 695 ha do território nacional.

A iniciativa CT 2 tem como objetivo criar e implementar o Sistema Nacional de Informação Cadastral. Tem como indicador de sucesso, a superfície do território nacional (ha) com informação cadastral, que se manteve, nos 3 anos em monitorização, no valor de 4 903 944,5 ha sendo que 4 696 539 ha estão em regime de Cadastro Geométrico de Propriedade Rústica, 41 819 ha não entraram em regime de cadastro e 165 586,5 ha encontram-se com operações de execução do cadastro predial em curso.

No que diz respeito à iniciativa CT 3, que preconiza o incremento da reabilitação urbana, os dados recolhidos apontam para uma muito ligeira evolução. O peso do número de

fogos reabilitados no total de fogos concluídos diminuiu de 2014 para 2015, mas recuperou no ano seguinte, situando-se em 2016 em cerca de 25%, umas décimas acima do valor de referência estabelecido em 2014. Quanto ao peso do volume de produção da reabilitação do edificado habitacional no total da construção de edifícios habitacionais, regista-se um ligeiro crescimento desde o ano de referência (passou de 65,05% em 2014 para 66,73% em 2016). Refira-se que, o indicador 11.3.1 contabiliza apenas obras de reabilitação sujeitas a licenciamento prévio enquanto o indicador 11.3.2, baseia-se em informação do *Euroconstruct* e abrange a totalidade das obras de reabilitação.

A iniciativa CT 4 refere-se à promoção da gestão integrada de zonas costeiras. Tendo Portugal continental uma extensão de costa considerável, caracterizada pela imensa diversidade biofísica cuja evolução depende de um conjunto muito alargado de fatores geográficos e climatológicos, a monitorização da gestão integrada desta faixa é por esse motivo relevante e constitui um fator determinante na evolução sustentável do território. A iniciativa é monitorizada por três indicadores de sucesso.

O indicador 11.4.1 refere-se à extensão de faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens e os resultados permitem verificar uma evolução positiva. Apesar da curta extensão intervencionada até final de 2016, 870 metros, há boas perspetivas de concretização da meta definida antes do prazo constante do indicador.

Pela importância desta área temática no contexto do território, o indicador 11.4.2 monitoriza a disponibilização de informação caracterizadora, fundamental à gestão integrada da zona costeira e ao acompanhamento da evolução dos temas que convergem para o risco costeiro. Para este contexto contribuem dois sistemas de informação. O SIARL - Sistema de Administração do Recurso Litoral - é um sistema orientado para a partilha do conhecimento e fácil acesso a dados que se encontram na posse de diferentes entidades e produtores de informação, para apoio à decisão e promoção de uma gestão costeira mais integrada e sustentável, e onde se deseja a antecipação dos riscos e avaliação de diferentes opções de intervenção tendo em vista o aumento da resiliência do território ao risco em contexto de alterações climáticas. Foi desenvolvido no âmbito da estrutura de missão do Programa Finisterra, tendo entrado em produção em 2011. Em 2016 transitou da Direção Geral do Território para a Agência Portuguesa do Ambiente. Atualmente está em curso o ajustamento da ferramenta às novas parcerias e às estratégias de adaptação costeira, através de novos desenvolvimentos tecnológicos e carregamento de dados essenciais à gestão costeira.

O Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO) foi iniciado em meados de 2018, estando prevista a disponibilização da primeira informação num formato de WEBSIG no início de 2019.

Quanto à integração das políticas de adaptação às alterações climáticas nos IGT de natureza especial, indicador 11.4.3, esta tem vindo a ser efetivada no âmbito da revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (atualmente Programas da Orla Costeira),

os quais contemplam medidas e ações específicas, de planeamento e ordenamento, com vista à adaptação do território ao cenário de alteração climática em curso. Em 2015 iniciaram-se os trabalhos de revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, tendo, até à data de conclusão deste relatório, sido concluída a revisão do Plano da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande, atualmente Programa da Orla Costeira, entretanto já publicado no decorrer de 2017 – Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto. Contudo, é esperada uma evolução significativa nos resultados deste indicador no curto prazo.

No que se refere à iniciativa CT 5, relativa à promoção da reabilitação e da regeneração urbana através de financiamento público, tem 4 indicadores de sucesso associados, mas não foi possível apurar a totalidade dos resultados, encontrando-se o IHRU ainda a trabalhar a informação para os indicadores de sucesso 11.5.1. e 11.5.2. Relativamente ao financiamento de espaços abertos, criados ou reabilitados destinados à utilização coletiva, indicador 11.5.3, depois de 2 anos sem resultados, verificou-se, em 2016, um valor significativo de mais de 1 milhão de metros quadrados com intervenção financiada.

Para o indicador 11.5.4, relativo ao número de espaços e unidades industriais abandonados reabilitados ao abrigo de financiamento com vista à sua reconversão de usos, apenas existe informação incompleta para uma ano não sendo possível efetuar qualquer análise.

A iniciativa CT 6 contempla a criação de programas municipais ou intermunicipais de desenvolvimento urbano sustentável que promovam a valorização dos espaços públicos e transportes limpos e eficientes e tem associados 3 indicadores de sucesso.

Os indicadores 11.6.1 e 11.6.3, respetivamente, a população exposta a ruído ambiente elevado e a proporção das deslocações em automóvel individual face ao total das deslocações, são monitorizados pelos Censos de 2011 e a sua atualização é decenal. Assim, os resultados reportados para os anos em apreço referem-se ao valor apurado em 2011.

Quanto ao indicador 11.6.2, ainda não foi possível apurar os seus resultados.

A iniciativa CT 7 diz respeito à promoção de práticas de desenvolvimento sustentável e de resiliência urbana pelos municípios. Há a registar sobretudo o facto de um número considerável de municípios (27) ter adotado, em 2016, no âmbito do Projeto ClimAdaPT.local, Estratégias de Adaptação às Alterações Climáticas, a somar aos 3 municípios que tinham já essas estratégias nos 2 anos anteriores.

Relativamente aos planos municipais ou intermunicipais de risco, indicador 11.7.2, não houve qualquer evolução, enquanto no número de municípios aderentes a redes internacionais no âmbito da sustentabilidade se verificou uma ligeira evolução positiva, ainda que o valor total (9 municípios) continue a ser muito baixo.

No que diz respeito à iniciativa CT 8, que pretende promover redes de espaços verdes nas cidades, há dois indicadores de sucesso que permitem acompanhar a sua evolução.

No que diz respeito à área planeada de espaços verdes nos centros urbanos, indicador 11.8.1, registou-se um ligeiro aumento. Quanto à área de espaços verdes de utilização pública, não houve recolha de dados para os anos considerados.

Quanto à iniciativa CT 9 relativa à implementação da Estratégia Nacional para o Ar 2020, há a destacar uma melhoria positiva para o indicador IQAr - Índice de qualidade do ar "fraco" ou "mau". Com efeito, este indicador apresentou um agravamento em 2015 e voltou a registar melhoria significativa em 2016, para o valor mais baixo desde 2013. Relativamente ao objetivo de longo prazo do poluente ozono, obtido nas estações urbanas e suburbanas, verifica-se uma tendência crescente dos valores obtidos (média das concentrações máximas anuais) e o não cumprimento do objetivo de longo prazo.

Assim, constata-se que o indicador IQAr (11.9.1) apresenta para o ano de 2016 o cumprimento do objetivo proposto para 2020 (de 9 dias em média). No entanto, o indicador relativo ao objetivo de longo prazo para o ozono (11.9.2) está afastado da meta proposta para 2020 (não ultrapassar 120 µg-3 de média das concentrações máximas anuais).

De facto, a qualidade do ar está dependente de dois fatores essenciais: as emissões poluentes e as condições atmosféricas, desempenhando estas últimas um papel crucial nos processos transformação, dispersão e transporte de poluentes na atmosfera. Uma vez que as condições atmosféricas estão sujeitas a uma grande variabilidade diária e inter-anual, a aplicação de medidas de controlo das emissões, sobretudo nos centros urbanos, é a forma de alcançar uma melhoria nos resultados.

Quadro VIII - Resultados da monitorização das iniciativas Cidades e território 2014-2016

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
CT 1	Assegurar uso racional e eficiente do solo, limitando a expansão urbana, concentrando no Plano Diretor Municipal (PDM) todas as regras de ordenamento, erradicando o solo urbanizável, simplificando procedimentos, e promovendo soluções de planeamento intermunicipais	» Manter grau de artificialização do solo em 5% (observado em 2010) até 2030	11.1.1	2010	447401	hectares	DGT	447401	447401	447401
		» Reduzir a área (ha) classificada nos PDM como solo urbano (urbanizado e urbanizável) até 2020	11.1.2	2014	631137	nº	DGT	631137	641364	638042
		» Aumentar o número de planos territoriais intermunicipais com decisão de elaboração e em vigor	11.1.3	2014	3	nº	SNIT/DGT	3	3	3
		» Número de planos territoriais municipais e intermunicipais que integram normas dos planos/programas especiais de ordenamento do território	11.1.4	2015	0	nº	Diário da República	0	0	3
		» Aumento da superfície (ha) de áreas protegidas de âmbito regional e local integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)	11.1.5	2014	48695	hectares	ICNF	48695	48695	48695
CT 2	Criar e implementar o Sistema Nacional de Informação Cadastral, articulando a geometria com o registo de propriedade e as matrizes prediais	» Aumento da superfície do território nacional (ha) com informação cadastral	11.2.1	2014	4903944,5	ha	DGT	4903945	4903945	4903945
CT 3 i	Incrementar a Reabilitação Urbana nomeadamente dos edifícios de utilização habitacional	» Peso do número de fogos reabilitados no total de fogos concluídos (%)	11.3.1	2014	24,50%	%	IHRU, I.P.	24,5%	23,6%	25,0%
		» Peso do volume de produção (M€) da reabilitação do edificado habitacional no total da construção de edifícios habitacionais	11.3.2	2014	3739 M Euros (volume produção reabilitação)	%	Euroconstruct	65,0%	66,3%	66,7%
		» Proporção dos edifícios com estado de conservação "muito degradado" e "com necessidade de grandes reparações"	11.3.3	2011	4,45%	%	INE	4,45	4,45	4,45
		» Área total das Áreas de Reabilitação Urbana face ao total da área urbana	11.3.4	2014	n.d.	%	IHRU, I.P., DGT	n.d.	n.d.	n.d.
		» Área objeto de Operação de Reabilitação Urbana em curso ou concluída face ao total da área de reabilitação	11.3.5	2014	n.d.	%	IHRU, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
CT 4	Promover uma gestão integrada das zonas costeiras dando especial atenção à proteção do litoral face a riscos, especialmente de erosão costeira	» Aumentar a extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens. Meta para 2022/23: 50 km	11.4.1	2014	0	km	APA	0	0	0,87
		» Aumentar a disponibilização de informação sobre zonas costeiras – módulos SIARL operacionais e conjuntos de dados COSMO disponibilizados para 161 locais)	11.4.2	2016	0	nº	APA	0	0	0
		» Integrar a política de adaptação às climáticas nos IGT de natureza especial Meta: Aprovar seis Programas para a Orla Costeira	11.4.3	2014	0	nº	APA	0	0	1
CT 5 ii	Promover a reabilitação e a regeneração urbana através de financiamento público	» Número de fogos reabilitados com financiamento público face ao ano de 2014	11.5.1	2014	n.d.	%	IHRU, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
		» Investimento público em fogos reabilitados face ao ano de 2014	11.5.2	2014	n.d.	%	IHRU, I.P.	n.d.	n.d.	n.d.
		» Espaços abertos, criados ou reabilitados ao abrigo de financiamento em áreas urbanas destinados à utilização coletiva (m2)	11.5.3	2014	0	m2	AD&C, I.P.	n.d.	n.d.	1070463
		» Número de espaços e unidades industriais abandonados reabilitados ao abrigo de financiamento com vista à sua reconversão de usos	11.5.4	2014	n.d.	Número	AD&C, I.P.	n.d.	n.d.	7
CT 6	Criar, promover e executar programas municipais ou intermunicipais de desenvolvimento urbano sustentável que promovam a valorização dos espaços públicos e transportes limpos e eficientes	» População exposta a ruído ambiente Lden > 65dB(A) nas grandes aglomerações	11.6.1	2011	166100	habitantes	INE, APA, I.P.	166100	166100	166100
		» Áreas intervencionadas por operações enquadradas em PARUS	11.6.2	0	0	0	0	n.d.	n.d.	n.d.
		» Proporção das deslocações em automóvel individual sobre o total das deslocações	11.6.3	2011	61,6	%	INE	61,60%	61,60%	61,60%
CT 7	Promover a adoção de práticas de Desenvolvimento Sustentável e de resiliência urbana pelos municípios	» Número de municípios aderentes a redes internacionais no âmbito da política de cidades sustentáveis / agenda da sustentabilidade face ao total de municípios	11.7.1	2014	2,87	n.º	Agenda Urbana Europeia e Programa URBACT/DGT	8	8	9
		» Número de municípios com planos municipais ou intermunicipais de risco	11.7.2	2014	278	n.º	ANPC	278	278	278
		» Número de municípios com estratégias ou planos de adaptação às Alterações Climáticas	11.7.3	2014	0	0	ClimaAdapt	0	0	27

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	N.º IS	Ano referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
CT 8	Promover redes de espaços verdes de utilização diversa nas cidades	» Área de espaços verdes de utilização pública	11.8.1	2010	3813	ha	DGT	3813	3813	3813
		» Área planeada de espaços verdes nos centros urbanos (ha)	11.8.2	2014	35668	ha	DGT	35668	36770	36870
CT 9	Implementar a ENAR 2020	» Melhoria da qualidade do ar: de 13 dias em média com Índice de Qualidade do Ar (IQAr) "fraco" ou "mau" para 2013, até um máximo de 9 dias em média para 2020 e 2 dias em média para 2030	11.9.1	2013	13	dias	APA, I.P.	8	12	6
		» Alcançar níveis de ozono que não prejudiquem a saúde e a vegetação (não ultrapassar o objetivo de longo prazo para o ozono de 120 gm-3)	11.9.2	2014	134 µgm-3	µgm-3	APA, I.P.	134 µgm-3	136 µgm-3	149 µgm-3

i Não foi possível apurar os resultados para os indicadores 11.3.4 e 11.3.5. O IHRU, I.P. encontra-se a trabalhar nesta atualização pelo que, os resultados dos anos 2014 a 2016 serão disponibilizados no próximo relatório.

ii Não foi possível apurar os resultados para os indicadores 11.5.1 e 11.5.2. O IHRU, I.P. encontra-se a trabalhar nesta atualização pelo que, os resultados dos anos 2014 a 2016 serão disponibilizados no próximo relatório.

3.2.7 Contratação Pública - Monitorização de indicadores de sucesso

Os indicadores de sucesso da iniciativa Contratação pública encontra-se no quadro seguinte. A iniciativa do catalisador Contratação Pública será monitorizada através da informação extraída do Portal Base - portal da internet dedicado aos contratos públicos, que centraliza informação sobre contratação pública e cuja gestão é efetuada assegurada pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI).

Dado que a recolha de informação no portal base apenas se iniciou em setembro de 2016. O primeiro ano para o qual existe informação que permita monitorizar os indicadores de sucessos da iniciativa é o ano de 2017, pelo que, o primeiro relatório a contemplar informação para estes indicadores será o ano 2018 que está fora do âmbito do presente relatório.

Quadro XIV - Monitorização da iniciativa do Catalisador Contratação pública

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso (IS)	N.º IS	Ano de referência	Valor referência	Unidade	Fontes de informação base	Resultados 2014	2015	2016
CAT 6 – Contratação Pública i	» Compras Públicas Ecológicas - Incluir e/ou reforçar critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação pública para aquisição de bens e serviços	» Percentagem de procedimentos de contratação pública com critérios ecológicos face ao total de procedimentos	14.6.1.1	2016	-	%	Portal Base	n.a.	n.a.	n.a.
		» Percentagem do valor (€) dos procedimentos com critérios ecológicos face ao valor total (€) dos procedimentos	14.6.1.2	2016	-	%	Portal Base	n.a.	n.a.	n.a.

i O registo da informação teve inicío em setembro de 2016, pelo que 2017 é o primeiro ano com informação disponível

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 1.º exercício de monitorização do Compromisso para o Crescimento Verde constitui um primeiro passo no acompanhamento e evolução dos objetivos e dos indicadores de sucesso das iniciativas temáticas.

Permitiu apurar informação relevante para efetuar uma avaliação do estado da arte no que se refere ao desenvolvimento do crescimento verde, constatar algumas faltas de informação que será necessário colmatar no futuro, e identificar dificuldades de obtenção de informação caraterizadora de algumas situações relevantes, sobretudo no que se refere à economia circular.

Considera-se que os resultados permitem caraterizar satisfatoriamente uma situação que pode ser considerada como um ponto de partida, esperando-se que os próximos exercícios de monitorização permitam completar a informação em falta, se traduzam numa consolidação do quadro de indicadores de sucesso definido, e, consequentemente, numa melhoria do resultado final da monitorização.

Este relatório efetua uma breve apreciação e interpretação dos resultados obtidos que deverá ser complementada, em próximos relatórios, com uma análise e avaliação mais aprofundada que contemple a apreciação das medidas adotadas para catalisar resultados e uma avaliação, que poderá ser estimada, do contributo do efeito das iniciativas temáticas nos 14 objetivos do crescimento verde.

5. FICHA TÉCNICA

Este relatório foi preparado e coordenado pelo Secretariado Executivo da Coligação para o Crescimento Verde.

Colaborou na sua elaboração a Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, através dos Serviços de Prospetiva e Planeamento, que prestou um apoio determinante na atualização da informação relativa aos 14 objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde e apoiou igualmente a monitorização das iniciativas temáticas.

Colaboraram na elaboração deste relatório os pontos focais de acompanhamento das iniciativas dos temas com grupos de trabalho temáticos ativos: Resíduos, Agricultura e florestas, Energia e clima, Mobilidade e transportes, Indústria Transformadora e extrativa, Cidades e território e Contratação pública, a saber:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) em todos os temas referidos;
- Direção-Geral de Atividades Económicas (DGAE) no tema Resíduos;
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) no tema Agricultura e florestas;
- Direção-Geral Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) no tema agricultura e florestas;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) nos temas agricultura e florestas e cidades e território;

- Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPap) nos temas agricultura e florestas e contratação pública;
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) nos temas Energia e clima, Mobilidade e transportes e Indústria coordenadores Transformadora e extrativa;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) no tema mobilidade e transportes;
- Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI) no tema Indústria Transformadora e extrativa;
- Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) no Indústria Transformadora e extrativa;
- Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG) no tema Indústria Transformadora e extrativa;
- Direção Geral do Território (DGT) no tema Cidades e território;
- Instituto da Habitação e Reabilitação urbana, I.P. (IHRU) no tema Cidades e território.

Colaboraram igualmente os coordenadores dos grupos de trabalho: Dulce Álvaro Pássaro - Resíduos, Hugo Costa Ferreira, - Agricultura e florestas, José Eduardo Barroso - Energia e clima, Rui Velasco Martins- Mobilidade e transportes, Luís Araújo - Indústria coordenadores Transformadora e extrativa e Fernanda do Carmo - Cidades e território.

Outras entidades prestaram apoio contribuindo com informação para a monitorização mesmo não sendo pontos focais, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) no tema resíduos; o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (CTCV) e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), ambas no tema Indústria Transformadora e extrativa e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C) e o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) no tema Cidades e território.

ANEXOS

Resultados referentes a 13 dos 14 objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde.

OBJETIVO 1 – AUMENTAR O VAB "VERDE"

O VAB "verde" é a componente do VAB relativa ao setor dos bens e dos serviços ambientais da economia. Como indicador permite aferir o alinhamento do sistema económico com os objetivos de proteção ambiental.

Metodologia e racional das metas para 2020 e 2030

O Compromisso para o Crescimento Verde previa, já em 2015, uma revisão no curto prazo dos seus indicadores de crescimento: VAB Verde, Exportações Verdes e Emprego verde uma vez que, à data da sua elaboração, os valores avançados eram prudentes estimativas realizadas em articulação com o INE. A quantificação do setor verde na economia, a nível estatístico, era uma realidade ainda em construção e o tema encontrava-se em debate também no Eurostat. À data, o INE trabalhava num estudo-piloto relativo às contas do setor dos bens e serviços ambientais que se esperava pudessem vir a produzir melhores aproximações à realidade portuguesa.

Esse trabalho evoluiu e produziu resultados no início de 2018 quando o INE publicou pela primeira vez as Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (CSBSA). Estas contas apresentam resultados para 2014 e 2015 tendo por base fundamental as Contas Nacionais Finais disponíveis para esses anos.

Pelo exposto, foi adotada a determinação dos resultados destes indicadores tendo por base as referidas Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais que permitem obter uma melhor aproximação à dimensão dos setores económicos verdes e às componentes de outros setores económicos que desenvolvem atividades alocadas à proteção e valorização do ambiente e à sustentabilidade, contribuindo desta forma para o crescimento verde.

A Taxa Composta de Crescimento Anual (TCCA) para a determinação das metas para 2020 e 2030 manteve-se em conformidade com o Compromisso para o Crescimento Verde de modo a manter a mesma ambição.

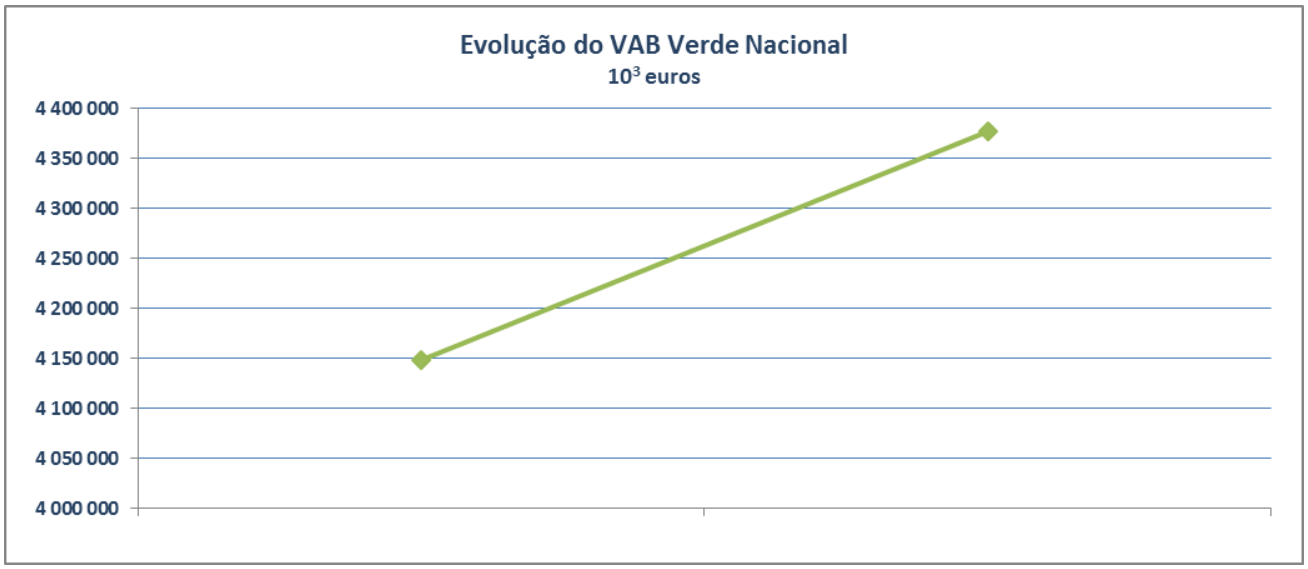
Significado do Indicador:

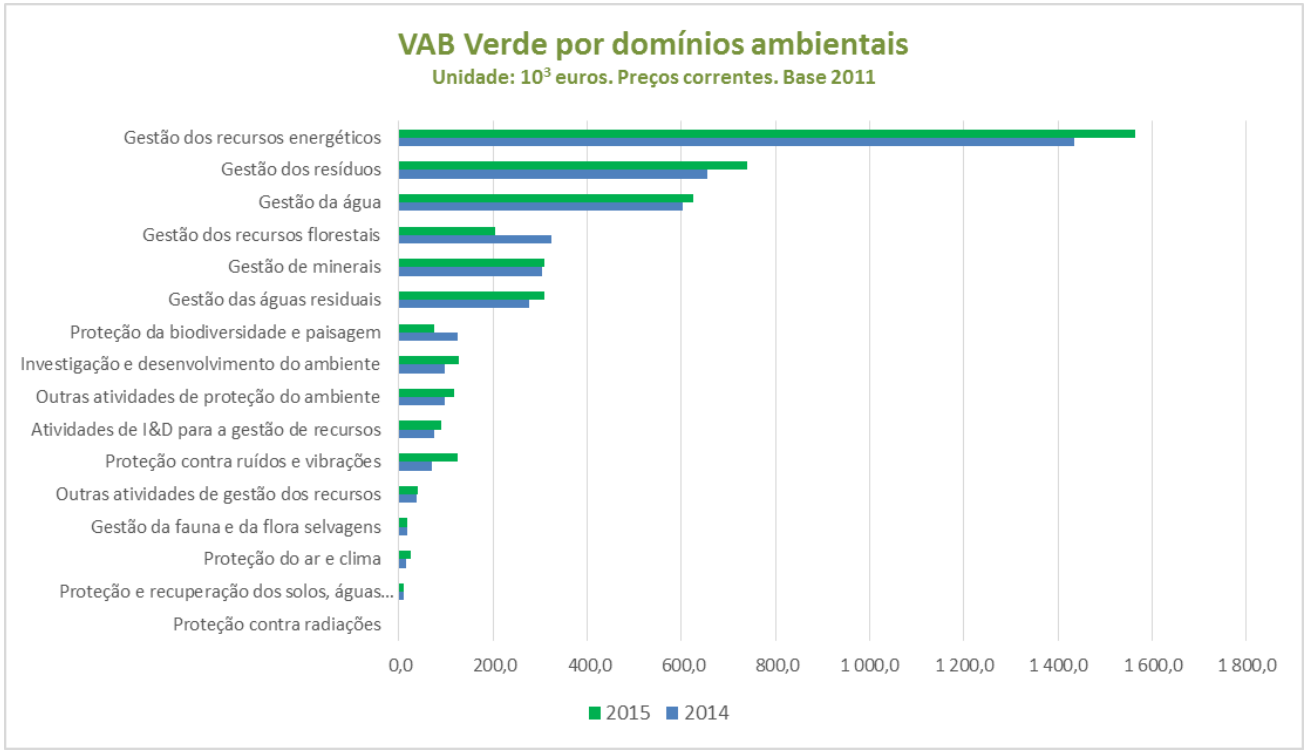
VAB do setor dos bens e dos serviços ambientais da economia que compreende os bens e serviços produzidos com a finalidade de proteção do ambiente e gestão de recursos.

ANOS	2014	2015	2016	Metas (TCCA 5%) 2020	2030
VAB Verde	4 148 680	4 376 800		5 586 029	9 099 053
TCCA (%)*				5	
(taxa de variação nominal observada)		5,5			

*Taxa Composta de Crescimento Anual definida no CCV

Unidade: 10^3 euros. Preços correntes. Base 2011





ANÁLISE

A "Gestão de Recursos" representou cerca de 67% em 2014 e 65% em 2015. Em 2015 o setor que mais contribuiu para o VAB foi o da gestão dos recursos energéticos com 1.562,7M€ (35,7% do total), com destaque para o subsetor de produção de energia de fontes renováveis, seguido do setor de gestão dos resíduos, com 739,0M€ (16,9%) e do setor de gestão da água com 625,4M€ (14,3%).

Os setores que mais contribuíram para o VAB Verde foram a "Captação, tratamento e distribuição de água" e "Saneamento, gestão de resíduos e despoluição". Realce também para as "Indústrias transformadoras", com destaque para o subsetor da "Indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário", "Fabricação de obras de cestaria e de espartaria", "Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos" Impressão e reprodução de suportes gravados", e ainda do setor de "Captação, tratamento e distribuição de água", "Saneamento, gestão de resíduos e despoluição".

O VAB verde cresceu 5,5% em 2015 relativamente a 2014, em linha com o objetivo de uma taxa de crescimento médio anual de 5% do Compromisso para o Crescimento Verde.

De acordo com o INE o setor "verde" contribuiu em 2015 com cerca de 4,376 mil milhões de euros para a economia, correspondente a 2,8% do VAB total da economia. Em 2014 o setor teve um peso de 2,7% no VAB total, superior à média europeia de 2,3%. Neste contexto, Portugal ocupou o 7.º lugar atrás da Croácia, Estónia, Áustria, Polónia, Dinamarca e Letónia.

O setor dos bens e serviços ambientais em Portugal produziu 11,495 mil milhões de euros em 2015, com um crescimento superior ao da economia, de acordo com os valores do INE. Em 2014 o setor produziu 10,930 mil milhões, registando-se um aumento de 5,2% em 2015 relativamente a 2014.

Face à nova metodologia de cálculo deste indicador, tornou-se necessário rever o valor das metas para 2020 e 2030. Neste sentido, partindo do valor referente a 2015 e assumindo uma TCCA de 5% em Portugal de acordo com o racional assumido pelo Compromisso para o Crescimento Verde, a meta para o VAB verde passará a ser de 5,586 mil milhões de euros em 2020 e de 9,099 mil milhões de euros em 2030.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 2 – INCREMENTAR AS EXPORTAÇÕES VERDES

Num sentido estrito de "exportações verdes", consideram-se os bens e serviços ambientais de baixo carbono que eram vendidos no exterior de Portugal, isto é, todos os bens e serviços vendidos no exterior com reduzido impacto no ambiente. De acordo com "*Low Carbon and Environmental Goods and Services Report for the UK's Department for Business, Innovation and Skills*" inclui todas as exportações ao longo da cadeia de valor em três áreas: proteção do ambiente, energias renováveis e atividades de baixo carbono.

Metodologia e racional das metas para 2020 e 2030

O Compromisso para o Crescimento Verde previa, já em 2015, uma revisão no curto prazo dos seus indicadores de crescimento: VAB Verde, Exportações Verdes e Emprego verde uma vez que, à data da sua elaboração, os valores avançados eram prudentes estimativas realizadas em articulação com o INE. A quantificação do setor verde na economia, a nível estatístico, era uma realidade ainda em construção e o tema encontrava-se em debate também no Eurostat. À data, o INE trabalhava num estudo-piloto relativo às contas do setor dos bens e serviços ambientais que se esperava pudessem vir a produzir melhores aproximações à realidade portuguesa.

Esse trabalho evoluiu e produziu resultados no início de 2018 quando o INE publicou pela primeira vez as Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (CSBSA). Estas contas apresentam resultados para 2014 e 2015 tendo por base fundamental as Contas Nacionais Finais disponíveis para esses anos.

Pelo exposto, foi adotada a determinação dos resultados destes indicadores tendo por base as referidas Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais que permitem obter uma melhor aproximação à dimensão dos setores económicos verdes e às componentes de outros setores económicos que desenvolvem atividades alocadas à proteção e valorização do ambiente e à sustentabilidade, contribuindo desta forma para o crescimento verde.

A Taxa Composta de Crescimento Anual (TCCA) para a determinação das metas para 2020 e 2030 manteve-se em conformidade com o Compromisso para o Crescimento Verde de modo a manter a mesma ambição.

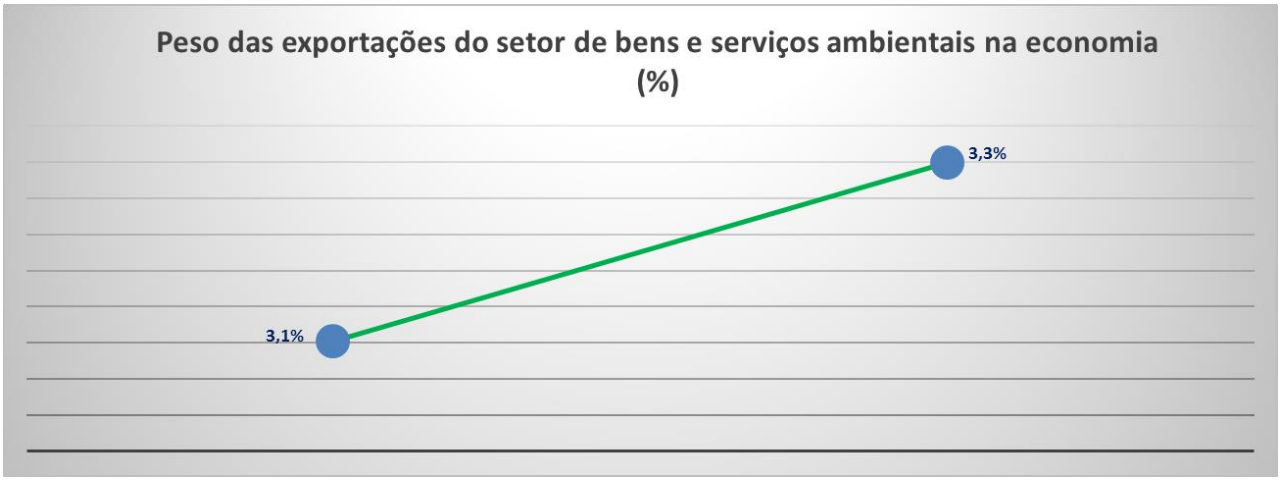
Significado do Indicador:

Ritmo de crescimento das exportações verdes equiparado ao aumento do VAB verde (milhares de milhões de euros).

ANOS	2014	2015	2016	Metas (TCCA 5%) 2020	2030
Exportações do setor de bens e serviços ambientais	2 151 450	2 432 920		**3 105 091**	**5 057 866**
TCCA (%)				5	
taxa de variação anual observada (%)		13,1%			
Exportações da economia nacional	69 360 000	72 648 000			
Peso das exportações do setor de bens e serviços ambientais na economia (%)	3,1%	3,3%			

*Taxa Composta de Crescimento Anual definida no CCV

Unidade: 10^3 euros. Preços correntes. Base 2011



ANÁLISE

As "Exportações Verdes" registaram um valor de 2 151,5 milhões de euros em 2014 e 2 432,9 milhões de euros em 2015. As atividades de gestão de recursos são as que têm maior peso, tanto em 2014 com 55,6% do total, como em 2015 com 53,7%. Em contrapartida as atividades de "Proteção do ambiente" registaram um aumento de 17,7%, que compara com o aumento de 0,2% da "Gestão de recursos". O grande aumento da "Proteção do Ambiente" deveu-se ao *acentuado crescimento da produção nos domínios da "Gestão dos resíduos"* e da *"Proteção contra ruídos e vibrações" (impulsionado pelo forte incremento das exportações de silenciadores para veículos automóveis).*

Em 2015 mais de $^1/_5$ da produção de bens e serviços ambientais foram exportados, com destaque para a "Gestão de recursos energéticos" com um peso superior a 58%, devido essencialmente aos

equipamentos para torres eólicas, células foltovoltaicas e biodiesel. Destaque também a proteção contra o ruído e vibrações (22,8%) e a "Gestão de minerais" (9,5%), que incluiu exportação de sucata.

Os domínios com maiores contributos para as exportações verdes foram os seguintes: a "Gestão dos recursos energéticos" (com os 3 subdomínios:" Produção de energia proveniente de fontes renováveis", "Poupança e gestão do calor e da energia" e "Minimização da utilização de energias fósseis como matérias-primas"), com 62,6 % em 2014 e 58,2% em 2015; a" Proteção contra ruídos e vibrações", com 16,1% em 2014 e 22,8% em 2015; e a "Gestão de minerais", com 12,0% em 2014 e 9,5 % em 2015. Destaque para o subdomínio "Minimização da utilização de energias fósseis como matérias-primas" que representa quase metade do domínio da "Gestão de recursos energéticos".

Os setores que mais contribuíram para as exportações verdes em 2014 e 2015 foram os seguintes: as "Indústrias transformadoras" com 76,0% em 2014 e 81,5% em 2015 (com destaque para os sub setores da "Indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário"; "Fabricação de obras de cestaria e de espartaria"; "Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos"; "Impressão e reprodução de suportes gravados", com um peso de 43,6% no total das Exportações Verdes em 2014 e de 41,1% em 2015. E ainda da "Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis", e "Fabricação de outro equipamento de transporte", com um peso de 15,7% em 2014 e 23,3% em 2015). Realce também para o "Comércio por grosso e a retalho", " Reparação de veículos automóveis e motociclos", com um peso de 7,5% em 2015 e a "Recolha, tratamento e eliminação de resíduos", "Valorização de materiais", com um peso de 7,2% em 2015.

A nível comunitário Portugal ocupava a 4.ª posição no peso (%) das exportações de bens e serviços ambientais nas exportações nacionais, com 3,1%, em 2014, atrás da Finlândia (10,5%), Dinamarca (6,7%) e Roménia (3,7%).

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 3 – CRIAR POSTOS DE TRABALHO VERDES

O Emprego “verde” traduz o número de postos de trabalho no setor de bens e serviços ambientais na economia medido em Equivalentes a Tempo Completo (ETC). O ETC é obtido pelo quociente entre o total de horas trabalhadas e a média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo.

Metodologia e racional das metas para 2020 e 2030

O Compromisso para o Crescimento Verde previa, já em 2015, uma revisão no curto prazo dos seus indicadores de crescimento: VAB Verde, Exportações Verdes e Emprego verde uma vez que, à data da sua elaboração, os valores avançados eram prudentes estimativas realizadas em articulação com o INE. A quantificação do setor verde na economia, a nível estatístico, era uma realidade ainda em construção e o tema encontrava-se em debate também no Eurostat. À data, o INE trabalhava num estudo-piloto relativo às contas do setor dos bens e serviços ambientais que se esperava pudessem vir a produzir melhores aproximações à realidade portuguesa.

Esse trabalho evoluiu e produziu resultados no início de 2018 quando o INE publicou pela primeira vez as Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais (CSBSA). Estas contas apresentam resultados para 2014 e 2015 tendo por base fundamental as Contas Nacionais Finais disponíveis para esses anos.

Pelo exposto, foi adotada a determinação dos resultados destes indicadores tendo por base as referidas Contas do Setor de Bens e Serviços Ambientais que permitem obter uma melhor aproximação à dimensão dos setores económicos verdes e às componentes de outros setores económicos que desenvolvem atividades alocadas à proteção e valorização do ambiente e à sustentabilidade, contribuindo desta forma para o crescimento verde.

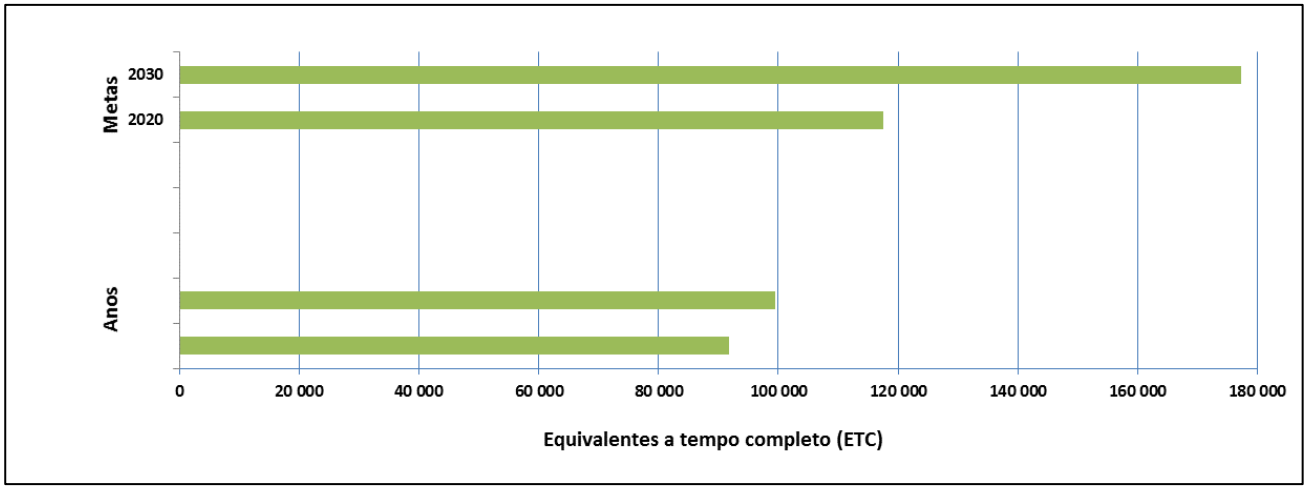
A Taxa Composta de Crescimento Anual (TCCA) para a determinação das metas para 2020 e 2030 manteve-se em conformidade com a do Compromisso para o Crescimento Verde de modo a manter a mesma ambição.

Significado do Indicador:

Emprego do setor de bens e serviços ambientais na economia em Equivalentes a Tempo Completo (ETC). O ETC é obtido pelo quociente entre o total de horas trabalhadas e a média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo.

ANOS	2014	2015	2016	Metas (TCCA 4,2%) 2020	2030
Equivalente a tempo completo (ETC)	**91 812**	**99 564**		**117 518**	**177 330**
TCCA (%)*				**4,2**	
taxa de variação anual observada (%)		8,4%			
Emprego da economia nacional	**4 246 668**	**4 327 478**			
Peso do Emprego do setor de bens e serviços ambientais na economia (%)	**2,2%**	**2,3%**			

*Taxa Composta de Crescimento Anual definida no CCV
Unidade: número total de pessoas que ocupam o tempo de trabalho em atividades de ambiente ("verdes")



ANÁLISE

Em 2015 o setor de bens e serviços ambientais empregou 99 564 pessoas Equivalentes a Tempo Completo – ETC (+ 8,4% face a 2014), correspondendo a 2,3% do emprego nacional.

A gestão de recursos energéticos foi a atividade mais relevante (28,0% do total do emprego do setor de bens e serviços ambientais), seguindo-se a gestão de resíduos (22,6%) e a gestão da água (11,9%).

O Compromisso para o Crescimento Verde tem como objetivo duplicar o número de postos de trabalho verdes até 2030, atingindo cerca de 177 mil empregos (117 mil em 2020) mas assegurando, simultaneamente, o aumento de produtividade na economia verde. Isto pressupõe um crescimento médio anual de 4,2% ao ano entre 2014 e 2030. Pela observação do gráfico acima, o ritmo de crescimento médio anual é positivo.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 4 – AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DOS MATERIAIS

A produtividade dos materiais mede a riqueza gerada por unidade de recursos naturais consumida. Permite avaliar a dissociação entre o consumo de recursos e o crescimento económico. Para o efeito são usados o Produto Interno Bruto (PIB) e o Consumo Interno de Materiais (CIM).

O CIM mede a quantidade total de materiais utilizada diretamente por uma dada economia e é calculado através da soma da extração de materiais por essa economia (em bruto - Extração Interna de Materiais) com a totalidade das importações de materiais (primários e transformados), subtraindo as exportações totais de materiais (primários e transformados). Constitui um indicador da intensidade de utilização dos recursos naturais por parte da economia e permite avaliar a eficiência na sua utilização.

Significado do Indicador:

A produtividade dos materiais é obtida pelo rácio entre o PIB e o Consumo Interno de Materiais, sendo o PIB considerado a preços constantes de 2011 (SEC2010) para efeitos de análise intertemporal.

Este indicador expressa o valor económico que se obtém por cada unidade de recurso consumida na produção de bens ou serviços para consumo interno, permitindo avaliar a desmaterialização relativa da economia, no caso de se verificar uma tendência crescente do indicador.

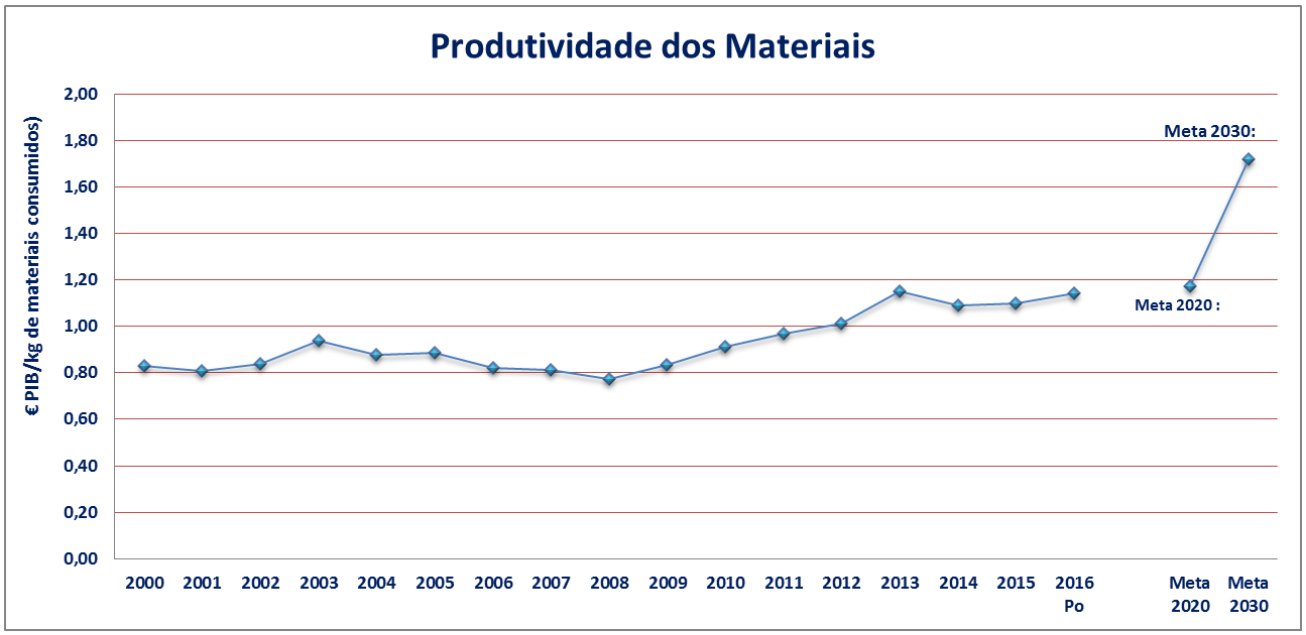
ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Po	Meta 2020	Meta 2030
Produtividade dos Materiais (€ PIB/Kg)	0,83	0,81	0,84	0,94	0,88	0,89	0,82	0,81	0,77	0,83	0,91	0,97	1,01	1,15	1,09	1,10	1,14	1,17	1,72
Consumo Interno de Materiais (CIM)	100,0	105,1	101,9	90,1	98,1	97,7	107,3	111,4	116,9	105,2	97,9	90,8	83,4	72,7	77,0	77,56	76,22		
Materiais	100,0	97,0	100,8	112,9	105,6	106,8	98,8	97,5	93,1	100,4	110,0	116,3	121,6	137,9	131,4	132,83	137,24		
Evolução do PIB	100,0	101,9	102,7	101,8	103,6	104,4	106,0	108,7	108,9	105,6	107,6	105,7	101,4	100,3	101,2	103,0	104,6		

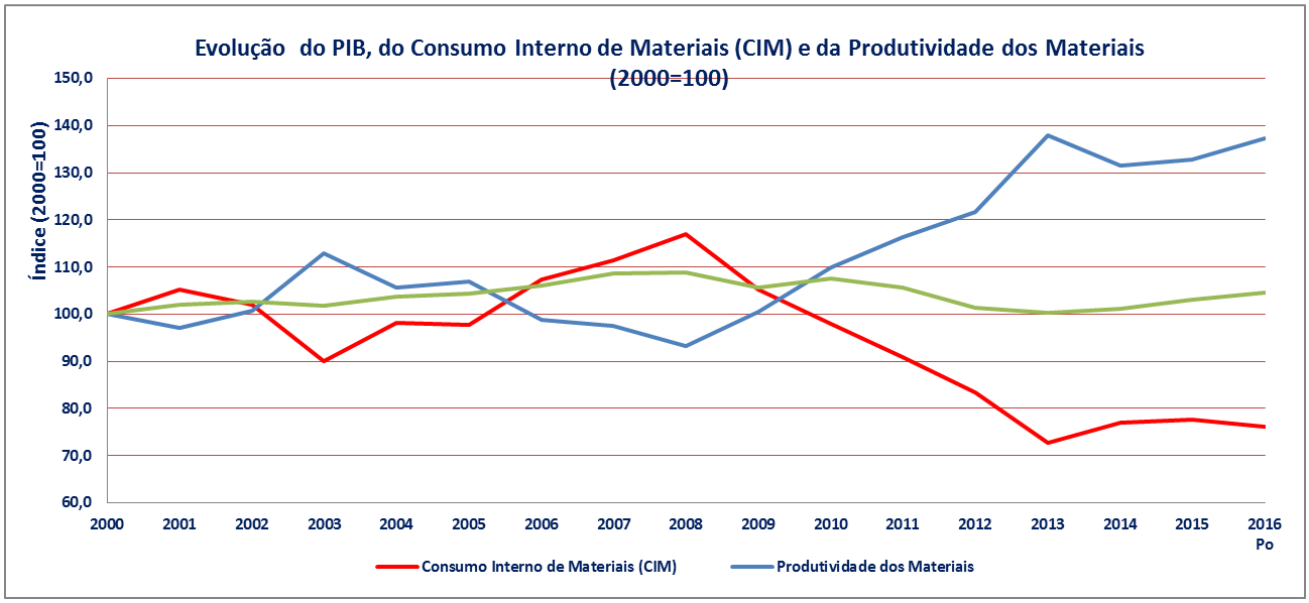
(2000 = 100)

Unidade: € PIB/kg de materiais consumidos

CRESCIMENTO VERDE

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	SECCV	Monitorização Compromisso Crescimento Verde 2014-2016	116	28/09/2018





ANÁLISE

A produtividade de materiais apresenta uma tendência crescente desde 2009, exceto em 2014, ano em que o aumento mais pronunciado do CIM relativamente ao PIB levou a uma diminuição da produtividade. Em 2016, os valores provisórios apontam para um aumento da produtividade de materiais de cerca de 3,3%, reforçando a tendência crescente de desmaterialização da economia, revelando um uso mais eficiente dos materiais extraídos do ambiente. A diminuição do consumo de materiais em contexto de crescimento da economia (dissociação) não era observada desde 2010.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 5 – AUMENTAR A INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS NA ECONOMIA

O Compromisso para o Crescimento Verde considera o setor dos resíduos, estratégico para o crescimento verde tendo em conta o seu elevado potencial de contribuir para o objetivo global de estabelecimento de uma economia circular. Os objetivos centrais da economia circular passam pela minimização da utilização de matérias-primas virgens, diminuição da produção de resíduos, pelo reprocessamento, no mesmo ou noutro processo produtivo, dos resíduos produzidos para minimizar os desperdícios e ainda pela valorização de qualquer resíduo cuja produção não seja evitável, promovendo-se o fecho do ciclo de vida dos materiais e o aumento da produtividade dos recursos.

A economia circular não deve ser associada apenas à redução e valorização de resíduos, constituindo-se também como alavanca económica associada à inovação e à reindustrialização, promovendo o repensar do ciclo de vida dos produtos e gerando novas oportunidades de emprego e de criação de riqueza.

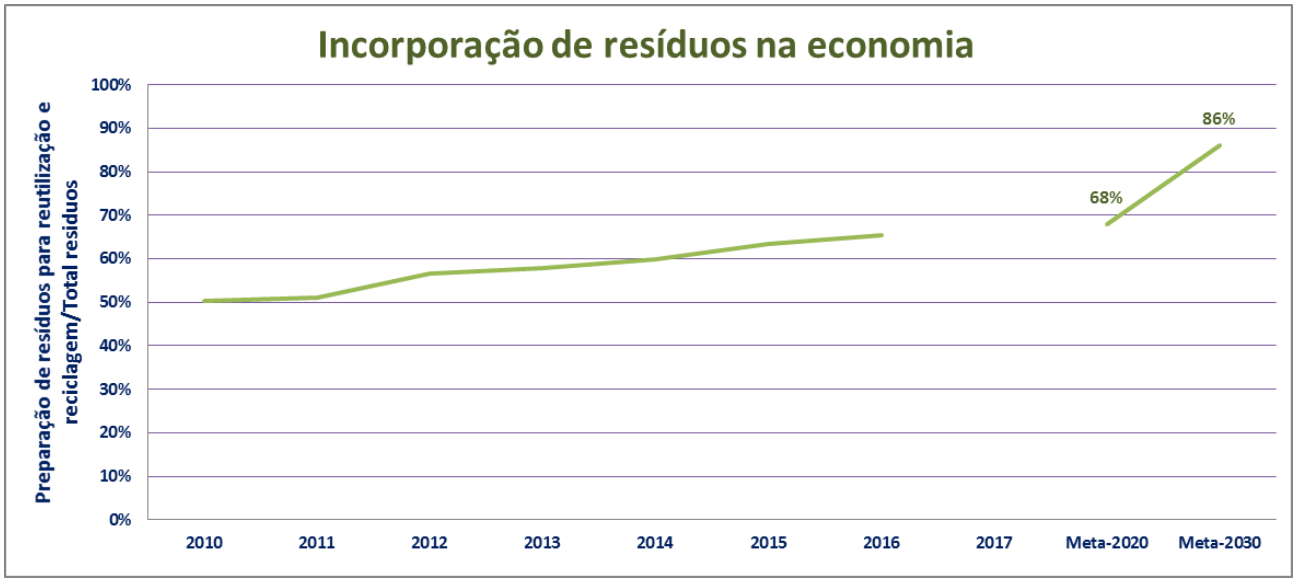
Significado do Indicador:

Para a taxa de incorporação de resíduos na economia utilizou-se a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem em relação ao total de resíduos.

Esta relação fornece uma medida de fecho dos ciclos dos materiais no país, aspeto fundamental para garantir uma gestão de resíduos mais sustentável, direcionando o desperdício de recursos para novas aplicações produtivas, reduzindo assim, simultaneamente, a pressão sobre os recursos naturais e sobre a capacidade da Natureza para regenerar os resíduos.

Nos objetivos quantificados do CCV pretende-se aumentar a incorporação de resíduos na economia de 56% em 2012 para 68% em 2020 e 86% em 2030.

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Meta-2020	Meta-2030
Taxa de incorporação de resíduos na economia (taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem) (%)	56%	58%	60%	64%	66%		66%	86%



CRESCIMENTO VERDE

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	SECCV	Monitorização Compromisso Crescimento Verde 2014-2016	116	28/09/2018

ANÁLISE

A taxa de incorporação de resíduos na economia (taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem em relação ao total de resíduos) aumentou sempre no período de 2012 a 2016, com um aumento de 10pp.

A produção total de resíduos urbanos (RU) em Portugal continental foi, no ano de 2016, de acordo com o Relatório do Estado do Ambiente de 2017, de aproximadamente 4,64 milhões de toneladas (cerca de +2,6% face a 2015), o que corresponde a uma capitação anual 472 kg/hab/ano (em 2015 foi de 458 kg/hab/ano), ou seja, uma produção diária de RU de 1,29 kg por habitante (1,26 kg por habitante em 2015).

Estes valores representam um acréscimo de cerca de 2,6%, em milhões de toneladas, em relação a 2015, e de cerca de 3,8% em relação a 2014. Representam um aumento de cerca de 2,4%, em capitação, em relação ao ano anterior, e de cerca de 4% em relação a 2014, invertendo a tendência que se verificou desde 2010 até 2013. Este aumento está associado à recuperação económica.

Em 2016, em Portugal Continental, do total de RU recolhidos, cerca de 83,9% foram provenientes de recolha indiferenciada, cerca de 14,1% de recolha seletiva e outras recolhas e cerca de 2,0% de outros produtores de RU, valores idênticos aos de 2015, 84,7% e 13,6%, respetivamente, levando em conta a desagregação dos valores em três categorias em 2016.

Importa salientar que se acentuou a tendência de redução da fração depositada de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) diretamente em aterro, 44% em 2015 e 41% em 2016 (tendência decrescente durante todo o período de 2010 a 2016), resultado das unidades de tratamento mecânico e biológico (TMB).

Fundamentação para se atingir as metas para 2020:

O valor estabelecido para 2020 (68%) tem três pressupostos: o cumprimento das metas para preparação, reutilização, reciclagem e outras formas de recuperação material para os resíduos de construção e demolição (70% em 2020); a meta do PERSU 2020 para os resíduos urbanos (53% da fração reciclável dos resíduos urbanos); e um aumento de 5% da capacidade de valorização (exceto valorização energética) dos resíduos não urbanos (excluindo os resíduos de construção e demolição).

Fundamentação para se atingir as metas para 2030:

Linearização da tendência 2012-2020 (TCCA +2,3%).

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 6 – PRIVILEGIAR A REABILITAÇÃO URBANA

Ainda não foi possível apurar a informação relativa a este objetivo.

OBJETIVO 7 – AUMENTAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Eficiência Energética de uma economia pode ser medida pela razão entre Consumo Total de Energia Primária (tep), sem usos não energéticos e incluindo o consumo da aviação internacional, e o Produto Interno Bruto (M€), isto é, face ao crescimento económico da mesma economia.

A intensidade energética é um indicador de eficiência e sustentabilidade da economia, normalmente expresso pelo consumo de energia (energia primária ou final) por unidade de PIB. O consumo interno bruto de energia é calculado como a soma do consumo interno bruto de seis tipos de energia: carvão, petróleo, gás natural, eletricidade (saldo Importador), resíduos industriais (não renováveis) e energias renováveis.

O Consumo Interno Bruto de Energia é medido em tep (toneladas equivalentes de petróleo) e o Produto Interno Bruto em M€ PIB (Produto Interno Bruto em milhões de euros), a medida do rácio é em tep por M€.

Significado do Indicador:

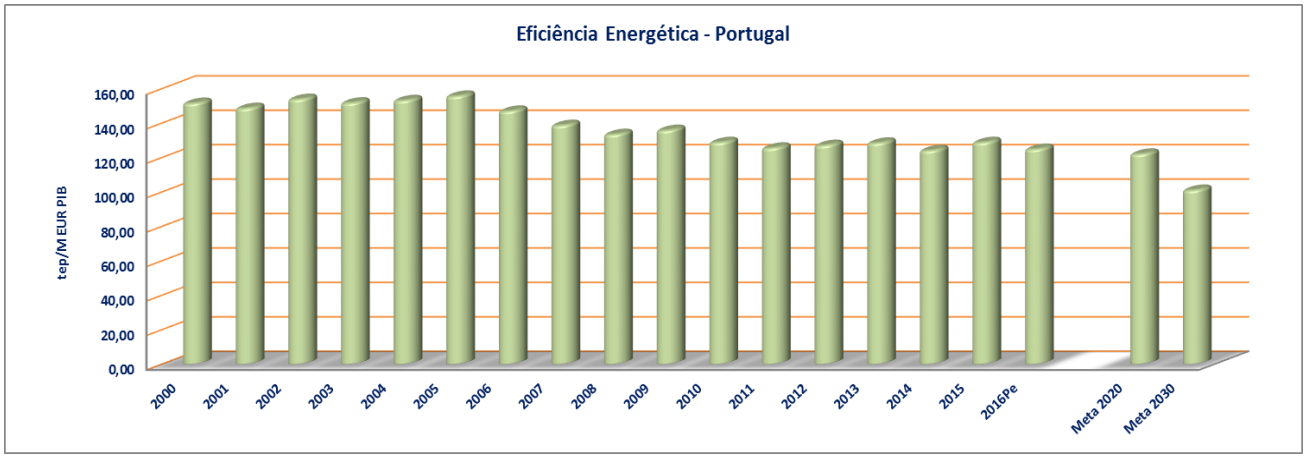
Intensidade Energética razão entre Consumo Total de Energia Primária (tep) e PIB a preços de mercado (M€ de 2011)

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016Pe	Meta 2020	Meta 2030
PIB [1] M€	176101	179445	176167	169070	167159	168652	171841	173747		
Consumo Energia [2] (tep)	23911013	23101751	22109608	21481816	21460919	20920915	22059376	21683693		
Eficiência energética	**135,8**	**128,7**	**125,5**	**127,1**	**128,4**	**124,0**	**128,7**	**124,8**	**122,00**	**101,00**

(1) PIB a Preços de mercado, M€ de 2011, SEC2010 (dados encadeados em volume)

(2) Consumo Total de Energia Primária (tep) sem usos não energéticos e incluindo o consumo da aviação internacional

Nota: valores provisórios para os anos 2015 e 2016.



ANÁLISE

Com base no gráfico verifica-se em Portugal uma tendência de redução da intensidade energética na economia. O consumo de energia primária decresce na maioria dos anos em que se verificam acréscimos de PIB, com algumas exceções, o que evidencia melhorias na eficiência energética.

De 2014 a 2015 (valor provisório de 2015) registou-se um aumento do consumo de energia mais acentuado do que o aumento do PIB, com o valor da eficiência energética a afastar-se das metas de 2020 e de 2030, mas com o valor de 2016 (valor provisório) a retomar a convergência.

Embora Portugal tenha estado até 2014 numa trajetória de cumprimento da meta de eficiência energética para 2020, necessita de acelerar a convergência para os níveis europeus, estimulando a utilização de tecnologias mais eficientes.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 8 - AUMENTAR A EFICIÊNCIA HÍDRICA

A água não faturada é a água que, apesar de ser captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, não chega a ser vendida aos utilizadores. Esta água não faturada inclui: as perdas reais (fissuras, roturas e extravasamentos de água), as perdas aparentes (imprecisões nas medições da água, furto ou uso ilícito de água), e ainda as perdas correspondentes a consumos autorizados mas não faturados como lavagem de ruas, rega de espaços verdes municipais, alimentação de fontes e fontanários, lavagem de condutas e coletores de esgoto e ainda combate a incêndios.

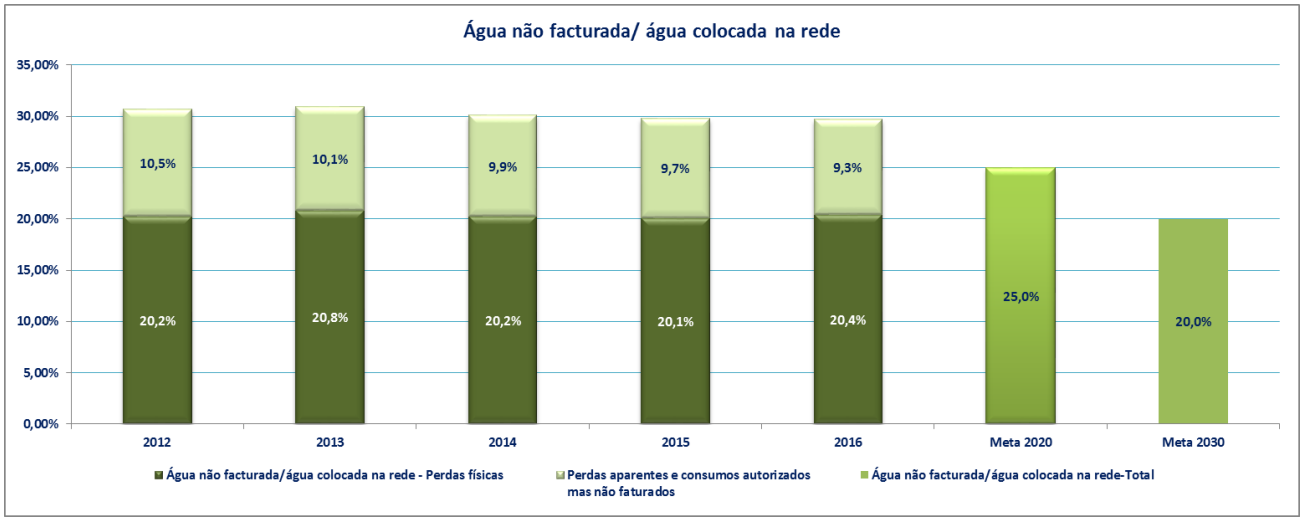
Significado do Indicador:

Percentagem de Água não faturada sobre a água colocada na rede para o serviço em baixa.

Água não faturada = Perdas físicas + consumos autorizados, mas não faturados.

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2020	Meta 2030
Água não facturada/água colocada na rede - Perdas físicas	20,2%	20,8%	20,2%	20,1%	20,4%		
Perdas aparentes e consumos autorizados mas não faturados	10,5%	10,1%	9,9%	9,7%	9,3%		
Água não facturada/água colocada na rede-**Total**	30,7%	30,9%	30,1%	29,8%	29,8%	25,0%	20,0%

Unidade: Água não facturada/ água colocada na rede



ANÁLISE

Conforme consta do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal - 2016 (Vol. 1 Caraterização do Setor de Águas e Resíduos) os casos mais gravosos em termos de água não faturada podem atingir cerca de 80% e surgem nas áreas rurais e mediamente urbanas, com especial relevância para a região Norte, enquanto os casos de melhor desempenho podem atingir menos de 10% e localizam-se nas áreas urbanas da região Centro e Lisboa e Vale do Tejo.

A água não faturada implica, para além de impactes ambientais, reduções de receitas significativas que comprometem a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras e oneram a conta dos consumidores a quem é faturada a água. Em Portugal continental, dos cerca de 850 milhões de m^3 de água captada em 2012 cerca de 300 milhões de m^3 não são faturados ("grandes números", por excesso). Considerando como limiar técnico aceitável de água não faturada o valor de 20% da água entrada nos sistemas de abastecimento, os operadores incorreram em custos por água captada, tratada e distribuída, mas que acaba por não ser faturada, de cerca de 167 milhões de euros (valor em 2012), existindo por isso um grande potencial de melhoria.

O valor da média do indicador apresenta uma tendência favorável entre 2013 e 2016, apesar da diminuição do número de entidades gestoras com resposta registada em 2016. Quanto à fiabilidade dos dados, verifica-se uma melhoria desde 2012. Conclui-se que, a nível de Portugal continental a percentagem de água não faturada no serviço em baixa é mediana, indiciando potencial de melhoria com a alteração de procedimentos de faturação e a redução de perdas de água.

Refira-se, ainda, a importante alteração das normas fiscais introduzida pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro que, entre outras medidas, reviu o regime da taxa de gestão recursos hídricos (TRH). Nesta matéria, cumpre destacar a introdução de um limite à repercussão da TRH aos utilizadores finais assente na definição de um referencial máximo para a água não faturada passível de originar a referida repercussão (o que constitui um incentivo à melhoria dos procedimentos de faturação e à adoção de medidas para a redução de perdas nas redes).

Fundamentação para se atingir as metas para 2020:

É considerado como limiar técnico aceitável de perdas físicas de água o valor de 20% da água entrada nos sistemas de abastecimento urbano. O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) estabelece metas para a ineficiência (desperdício) nacional no uso da água, para 2020, por setor: 20% para o setor urbano, 35% para o setor agrícola e 15% para o setor industrial.

Fundamentação para se atingir as metas para 2030:

Reduzir as perdas físicas para valores inferiores a 16% no setor urbano, 32% no setor agrícola e 10% no setor industrial.

Metas CCV: 25% em 2020 e 20% em 2030.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 9 – AUMENTAR A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS

O sector dos transportes é responsável por uma grande parte das emissões de poluentes atmosféricos, bem como de gases com efeito de estufa, indissociáveis das alterações climáticas. Os transportes estão ainda na origem do ruído que afeta particularmente os meios urbanos.

Em Portugal, os transportes representam uma parte importante do consumo de energia final, sendo o transporte rodoviário responsável pela quase totalidade desse consumo.

Os impactes ambientais do transporte de passageiros ganham relevância pelas diferenças de desempenho ambiental entre o transporte individual e o transporte coletivo sobretudo no que se refere ao consumo de recursos e às emissões.

A transferência do transporte individual para o transporte coletivo é um dos objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde que reconhece a necessidade de melhorar os serviços públicos de transporte de passageiros a nível local, regional e nacional de modo a promover a transferência do transporte individual para o transporte coletivo.

Significado do Indicador:

Milhões de passageiros por quilómetro, transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros.

	Anos						Meta 2020	Meta 2030
	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
Unidade: 10^3 pkm								
Tráfego Rodoviário	5 850	5 850	6 023	5 657	5 857	6 756		
Tráfego Ferroviário - Sistema ferroviário pesado	4 143	3 803	3 649	3 852	3 957	4 146		
Tráfego Ferroviário - Sistemas de metropolitano	1 155	1 028	941	967	1 009	1 061		
Passageiros por quilómetro, transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros	**11 148**	**10 681**	**10 613**	**10 476**	**10 823**	**11 963**	**12 528**	**15 296**

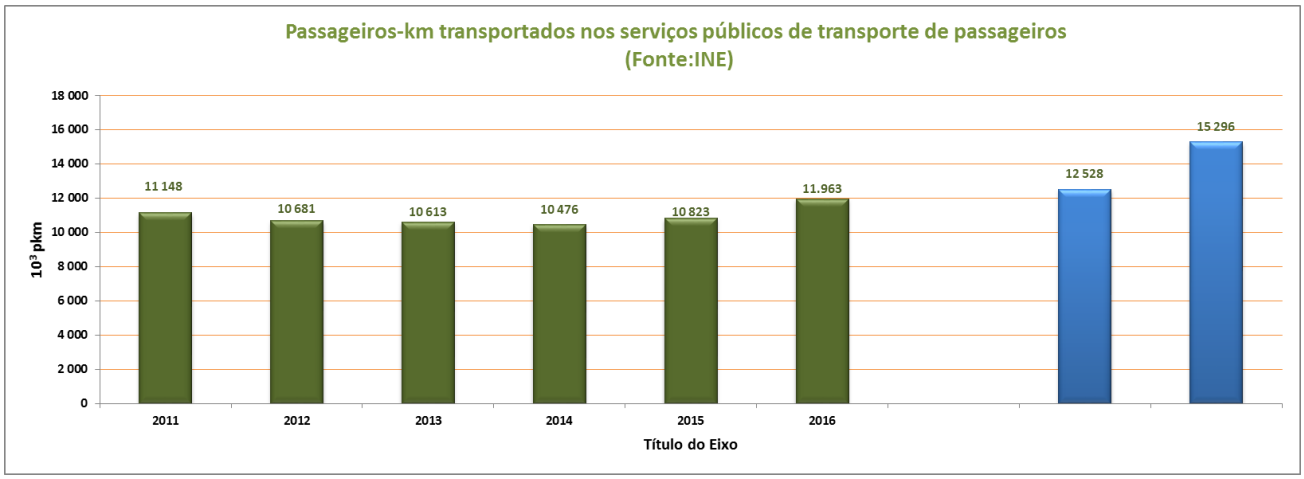
* o valor que consta do Compromisso para o Crescimento Verde para o ano 2013: 10 894 10^3 pkm foi retificado para 10 613 10^3 pkm

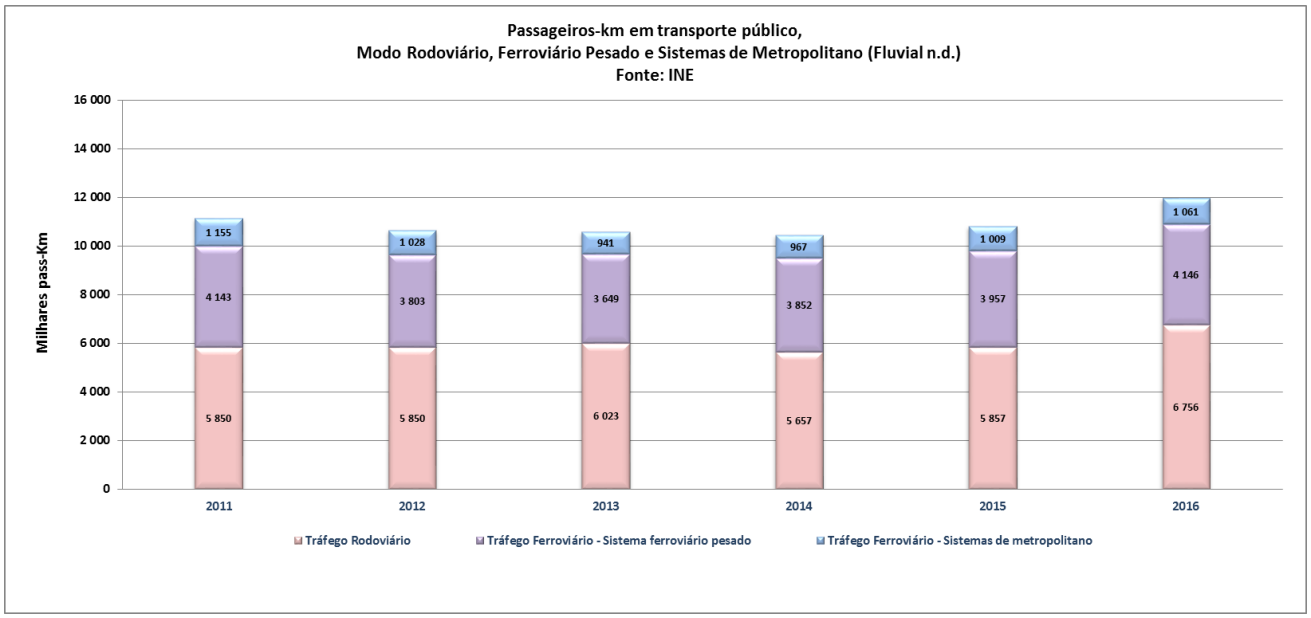
Nota: De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), Transporte Público é o Transporte efetuado por conta de outrem, mediante pagamento.

Em 2014 o sistema de contabilização de passageiros da Carris foi alvo de atualização.

Os resultados de 2013 e de 2014 consideram nova metodologia de cálculo de passageiros de acordo com a bilhética relativamente ao Metropolitano de Lisboa e sem incluir o Metro Sul do Tejo. A partir de 2015 o Inquérito ao Transporte Rodoviário de Passageiros (ITRP) passou a abranger as Câmaras Municipais do Continente em geral, pelo que os resultados de 2015 não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (quebra de série).

O transporte rodoviário de passageiros inclui os seguintes serviços de transporte nacional: Serviço de transporte regular (carreiras urbanas/suburbanas, carreiras interurbanas, serviços expresso e carreiras de alta qualidade), Serviço de transporte regular especializado (transporte escolar em circuitos especiais, outros serviços de transporte de crianças, transporte de trabalhadores e circuitos turísticos), Serviço de transporte ocasional (serviços de aluguer e outros), e Serviço de transporte internacional [serviço de transporte regular (linhas internacionais) e serviço de transporte ocasional (serviços de aluguer e outros).





ANÁLISE

Em 2016 os pkm no tráfego ferroviário pesado aumentaram cerca de 4,8% em relação a 2015. Registaram-se aumentos em todas as componentes deste tráfego, suburbano, de longo curso e internacional. Com o aumento verificado ao longo dos últimos três anos, o valor de 2016 situa-se agora acima dos valores registados em 2011, representando cerca de 107,31% deste valor.

Igual tendência verifica-se nos pkm no tráfego ferroviário dos sistemas de metropolitano, tendo o ano de 2016 registado um aumento de cerca de 5,2% em relação a 2015. No entanto, o valor de 2016 ainda não alcança o valor registado em 2011, representando cerca de 91,86% deste valor.

O transporte rodoviário de pkm em 2016 registou um aumento de cerca de 15,4% em relação a 2015. O valor de 2016 é o mais elevado desde 2011, situação à qual não é alheio o alargamento do seu âmbito, que passou a incluir serviços de transporte no âmbito das câmaras municipais, anteriormente não contabilizados.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 10 – REDUZIR AS EMISSÕES DE CO_2

Para efeitos de reporte à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) o inventário nacional de Gases com Efeito de Estufa (GEE) inclui os seis gases constantes do Anexo A do Protocolo de Quioto: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O) e F-Gases (hidrofluorcarbonetos (HFC), perfluorcarbonetos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF_6)), sem contabilização das emissões de Alteração do Uso do Solo e Florestas. São também incluídos os GEE indiretos monóxido de carbono (CO), dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de azoto (NO_x) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNMs). Outros GEE regulados pelo Protocolo de Montreal não estão incluídos. Para o II período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2013-2020) foi incluído um novo gás, o trifluoreto de nitrogênio (NF_3).

Os GEE são gases que absorvem e emitem radiações de onda longa. Cada um dos sete gases considerados no Protocolo de Quioto tem uma diferente capacidade de retenção do calor (potencial de aquecimento global). Pertencem ao grupo dos GEE de vida longa, porque são quimicamente estáveis e persistem na atmosfera em escalas de tempo desde uma década até séculos ou mais, com influência de longo prazo no clima. Alguns deles, como CO_2, CH_4 e N_2O, ocorrem naturalmente, mas as suas concentrações aumentaram desde a Revolução Industrial Inglesa, em grande parte devido às atividades humanas. Os outros GEE (HFC, PFC, SF_6 e NF_3) são totalmente resultantes das atividades humanas.

Este cabaz de GEE tem como unidade comum o CO_2, e por essa razão o seu potencial de aquecimento global é igual a 1. O potencial de aquecimento global é calculado sobre um intervalo de tempo específico (geralmente 20, 100 ou 500 anos), porque alguns gases permanecem mais tempo na atmosfera do que outros. Por exemplo, os 100 anos de potencial de aquecimento global do CH_4 é 25, o que significa que se a mesma massa de CO_2 fosse introduzida na atmosfera o CH_4 reteria 25 vezes mais calor que o CO_2 ao longo dos próximos 100 anos.

Significado do Indicador:

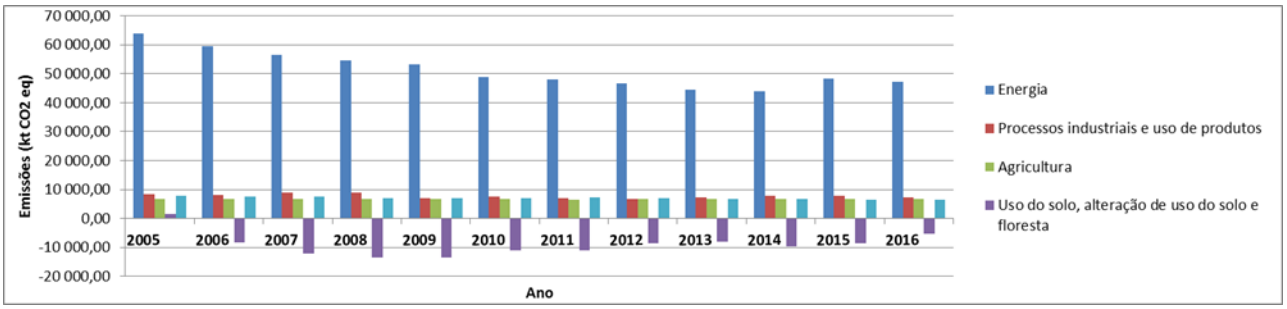
O indicador apresenta as tendências de evolução do CO_2 (Mt CO_2 eq.), total e per capita (t/hab).

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2020	Meta 2030
Total de emissões Portugal	**87,0**	**82,3**	**80,0**	**77,3**	**74,1**	**70,1**	**69,0**	**67,1**	**65,3**	**65,2**	**69,6**	**67,8**	**67,0 - 71,4**	**52,2 - 60,9**
Emissões per capita Portugal	8,3	7,8	7,6	7,3	7,0	6,6	6,5	6,4	6,3	6,3	6,7	6,6		
Emissões per capita UE-28	10,5	10,5	10,3	10,1	9,3	9,5	9,2	9,0	8,8	8,5	8,5	8,4		
Emissões (index em relação a	45,2	37,3	33,5	29,0	23,7	17,0	15,1	12,0	9,0	8,9	16,1	13,1		

Unidades: Mt CO_2

Unidade: kt CO_2 eq.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Energia	63 960,89	59 557,13	56 439,53	54 471,07	53 224,75	48 742,82	48 055,13	46 592,78	44 448,83	43 962,79	48 294,49	47 064,44
Processos industriais e uso de produtos	8 383,60	8 171,99	9 025,70	8 816,45	7 124,51	7 588,51	7 011,99	6 767,13	7 259,49	7 738,75	7 838,75	7 294,60
Agricultura	6 760,46	6 698,13	6 824,16	6 773,53	6 685,74	6 614,09	6 578,45	6 624,79	6 610,76	6 696,72	6 724,99	6 788,90
Uso do solo, alteração de uso do solo e floresta	1 519,85	-8 247,42	-12 133,60	-13 627,95	-13 494,53	-10 910,43	-11 046,82	-8 570,65	-7 928,34	-9 658,81	-8 465,34	-5 394,12
Resíduos	7 701,53	7 633,80	7 496,62	7 061,13	6 928,50	6 997,38	7 173,03	6 960,75	6 814,43	6 687,45	6 554,31	6 473,12



ANÁLISE

Em 2016 o total das emissões de GEE sem as Alterações do Uso do Solo e Florestas estavam estimadas em 67 775 M tCO2e (incluindo CO2 indireto), que representam uma redução de cerca de 22,11% em relação a 2005. No entanto, representa um aumento de cerca de 3,88% em relação a 2014 dado que, a tendência de redução do período de 2005 a 2014 foi quebrada por um aumento de emissões em 2015 e uma retoma da tendência de redução em 2016. Este aumento resultou de uma grande quebra da produção hídrica, dos preços baixos do carvão com aumento do consumo, do maior consumo de gás natural com o aumento das emissões dos transportes a partir de 2013 e com o aumento da atividade económica.

O principal gás é o CO2, representando mais de 3/4 do total nos três anos considerados para comparação, 1990, 2005 e 2015. As emissões de CO2 são geradas principalmente pela queima de combustíveis fósseis de atividades relacionadas com a energia. Outros processos de produção não relacionados com a energia, como a produção de cimento, são também responsáveis por quantidades consideráveis de emissões de CO2.

Segue-se o CH4, com percentagens de dois dígitos significativos, entre 14,3% e 17,2%. As emissões de CH4 são geradas principalmente através da decomposição anaeróbica da matéria orgânica de sistemas biológicos, como a decomposição de resíduos urbanos e de animais, sistemas de tratamento de águas residuais, ou fermentação entérica de animais. Outras fontes responsáveis por estas emissões são a queima de biomassa, a distribuição de gás natural e petróleo, e a combustão incompleta de combustíveis fósseis.

As emissões de N2O estão associadas a emissões diretas e indiretas de solos agrícolas, principalmente relacionadas com o uso de fertilizantes sintéticos e de estrume, pastagens, fixação de nitrogênio por culturas leguminosas e incorporação de resíduos vegetais nos solos. Outras fontes importantes são a combustão de combustíveis fósseis, em particular nos transportes, indústria química (produção de ácido nítrico), tratamento de águas residuais e queima de biomassa (resíduos agrícolas e combustão residencial, e incineração de resíduos).

Realce ainda para os F-Gases, que passaram de 1,3% em 2005 para 4,6% em 2016, associados ao setor Processos Industriais e Uso de Produtos (IPPU), nomeadamente nos sistemas de ar condicionado e na refrigeração comercial.

A principal fonte de emissões de GEE em Portugal é o setor da energia. Este setor representava cerca de 73,51% em 2005 e cerca de 69,44% em 2016. O setor do Uso do solo, alteração de uso do solo e floresta (LULUCF) foi sumidouro de carbono no período considerado, com a exceção de 2005.

Os drivers da redução das emissões de GEE a partir de 2005 devem-se, entre outros fatores, aos efeitos das políticas nas energias renováveis, na eficiência energética, na fiscalidade automóvel e ao

abrandamento da atividade económica e à quebra da procura de energia até 2014, a variáveis climáticas como a precipitação com efeito significativo na produção de energia hídrica.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 11 – REFORÇAR O PESO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fontes de energia renovável são as provenientes de recursos naturais que se renovam de forma natural e regular, de um modo sustentável, mesmo depois de serem usadas para gerar eletricidade ou calor.

Os recursos naturais como os rios, o vento, a biomassa, o sol, as ondas do mar e o calor da Terra, permitem produzir energia hídrica, eólica, de biomassa, oceânica e geotérmica.

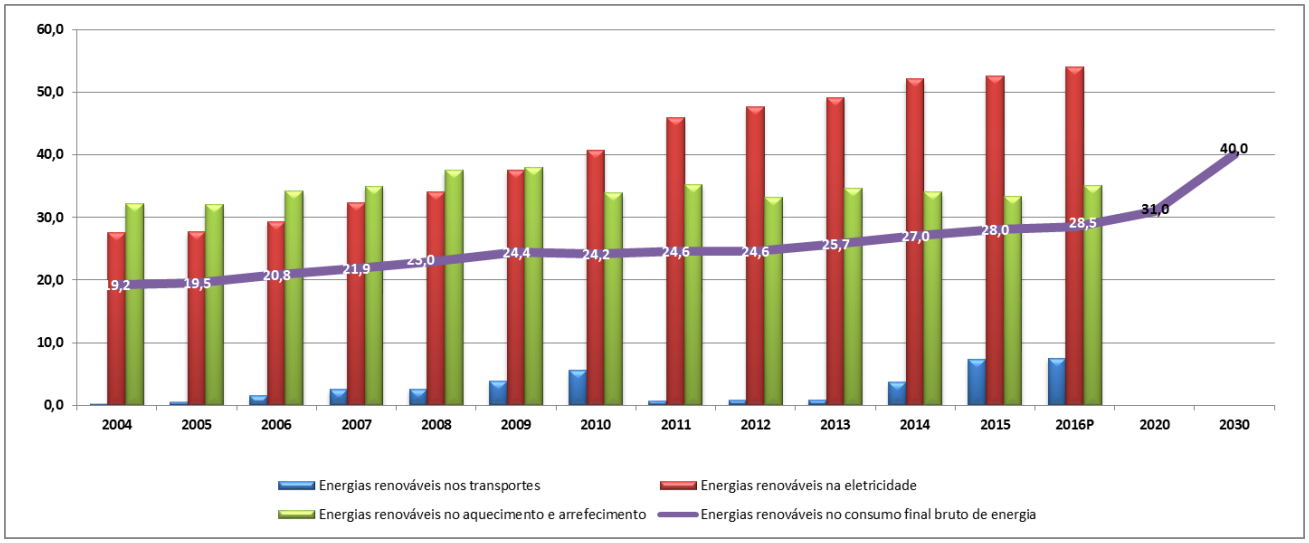
A produção de energia de fontes renováveis reduz a necessidade de importar combustíveis fósseis, como o carvão e o gás natural, para esse fim, tornando o País menos dependente do estrangeiro em termos energéticos e reduzindo a emissão de gases com efeito de estufa.

Significado do Indicador:

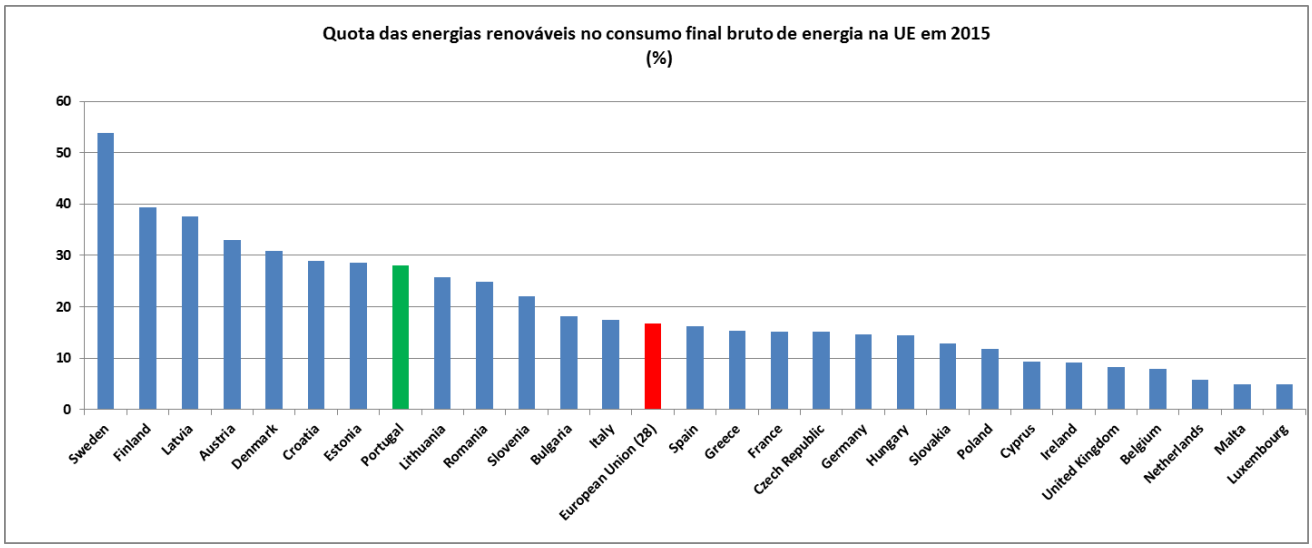
O indicador apresenta as quotas de energias renováveis no consumo total bruto de energia, por total e setores (transportes, eletricidade, aquecimento e arrefecimento)

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016P	2020	2030
Quota das energias renováveis no consumo final bruto de energia	**19,2**	**19,5**	**20,8**	**21,9**	**23,0**	**24,4**	**24,2**	**24,6**	**24,6**	**25,7**	**27,0**	**28,0**	**28,5**	**31,0**	**40,0**
Quota das energias renováveis nos transportes	0,2	0,5	1,6	2,5	2,6	3,9	5,6	0,7	0,8	0,9	3,7	7,4	7,5		
Quota das energias renováveis na eletricidade	27,5	27,7	29,3	32,3	34,1	37,6	40,7	45,9	47,6	49,1	52,1	52,6	54,1		
Quota das energias renováveis no aquecimento e arrefecimento	32,2	32,1	34,2	35,0	37,5	38,0	33,9	35,2	33,2	34,6	34,0	33,4	35,1		

Unidade: %



CRESCIMENTO VERDE



ANÁLISE

O peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia aumentou 9,3 pontos percentuais (pp) de 2004 a 2016, com destaque para as energias renováveis na eletricidade (+ 26,6 pp). O valor de 2016 está em linha tendencial com a meta de 31% em 2030, que deverá ser alcançada antes desta data.

O CCV estabeleceu o objetivo de reforço do peso das energias renováveis de 25,7% no consumo final bruto de energia em 2013, para 31% em 2020 e 40% em 2040, em linha com o PNAER. A Diretiva n.º 2009/28/CE (Diretiva FER) e o PNAER incluem a meta (vinculativa) de 10% no setor dos transportes.

Os transportes tiveram uma quota muito pequena até 2014, registando um grande aumento em 2016, duplicando o valor de 2014 (de 3,7% para 7,4%). Este grande aumento é justificado pelo facto de em 2014 se ter iniciado o processo de certificação dos "Biocombustíveis" (só a partir do 2.º semestre), que permitiu a contabilização para efeitos da Diretiva das Renováveis.

No contexto da UE Portugal está bem acima da média (16,7%) com 28,5%.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 12 – MELHORAR O ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA

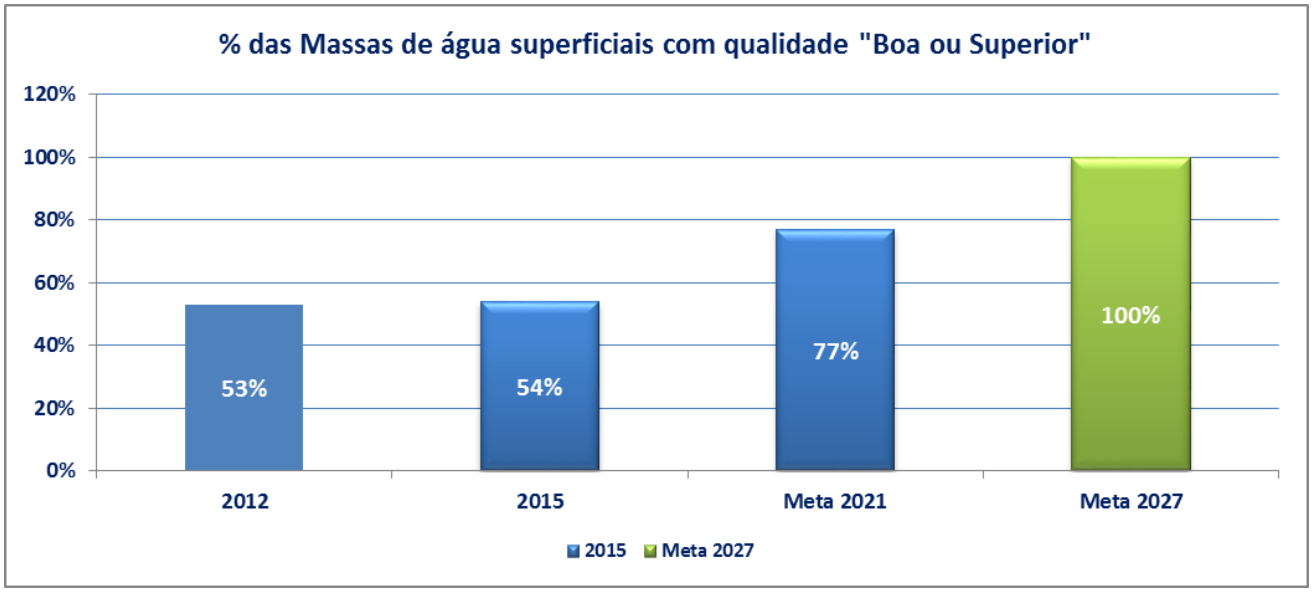
A Água é um recurso natural essencial no suporte à vida humana, ao ambiente e à economia. A visão estratégica para a gestão dos recursos hídricos assenta na proteção do recurso e na sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional, prosseguindo o Plano Nacional da Água três objetivos fundamentais: a proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem no que respeita às suas necessidades de água; a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; e o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Significado do Indicador:

% das massas de água superficiais e subterrâneas com qualidade "Boa ou Superior".

Anos	2012	2015	Meta 2021	Meta 2027
% das Massas de água com qualidade "Boa ou Superior"	53%	54%	77%	100%

Nota: a alteração da meta para 2021 é devida aos ajustes inerentes ao 2.º ciclo de planeamento, nomeadamente a diferença no universo de partida (1925 massas de água do 2º ciclo em vez das 1868 do 1.º ciclo) e a diferença das metas nos objetivos ambientais para 2021. Esta alteração não corresponde a uma redução da ambição e é esperado que este tipo de ajustes ocorram nos próximos ciclos de planeamento.



ANÁLISE

No Relatório do Estado do Ambiente (REA) 2017, é possível comparar a classificação do estado global das massas de água entre o 1.º e 2.º ciclo de planeamento, para as oito Regiões Hidrográficas (RH) existentes em Portugal continental.

No 1.º ciclo de planeamento, e no que respeita ao estado global das massas de água, obteve-se uma classificação de "Bom ou Superior" para 53% das massas de água. No 2.º ciclo de planeamento, a percentagem manteve-se praticamente idêntica, com 54%.

Todavia, importa salientar que a classificação do estado das massas de água, no 2.º ciclo, incluiu mais elementos biológicos, adotou limiares e normas mais restritivos, na decorrência dos trabalhos comunitários do 2.º exercício de intercalibração para a definição dos sistemas de classificação dos elementos biológicos e das maiores exigências para as normas de qualidade ambiental dos poluentes.

Acrescenta-se ainda o facto de algumas das medidas previstas para melhorar o estado das massas de água não terem chegado a ser implementadas, particularmente devido à difícil conjuntura económica do país, e também a impossibilidade de avaliar a eficácia de todas as medidas implementadas uma

vez que o prazo de implementação é no final do período de vigência do 1.º ciclo, ou seja, final de 2015.

Objetivos e Metas:

- Dispor de sistemas de classificação para todos os elementos de qualidade (que sejam pertinentes), para os diversos tipos e categorias de massas de água;

- O estado de um número significativo de massas de água (entre 60% a 70%) ser determinado por monitorização, podendo para as restantes ser determinado indiretamente através de modelação ou por agrupamento;

- Atingir os objetivos ambientais em 77% de massas de água em 2021 e 100% em 2027.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 13 – MELHORAR A QUALIDADE DO AR

A qualidade do ar no ambiente urbano estando intimamente ligada a questões de saúde e a efeitos negativos no ambiente constitui uma das áreas a destacar no Compromisso para o Crescimento Verde. Efetivamente, e à semelhança de outros países europeus, existe ainda, a nível nacional, uma percentagem significativa de população exposta a níveis elevados de poluição atmosférica, carecendo de uma ação concertada de políticas e medidas a nível central, regional e local.

O Índice de Qualidade do Ar (IQAR) é determinado a partir dos valores médios da concentração dos poluentes, dióxido de azoto (NO_2), ozono (O_3) e partículas inaláveis (PM_{10}), e caso exista Informação, são considerados ainda o dióxido de enxofre (SO_2) e monóxido de carbono (CO).

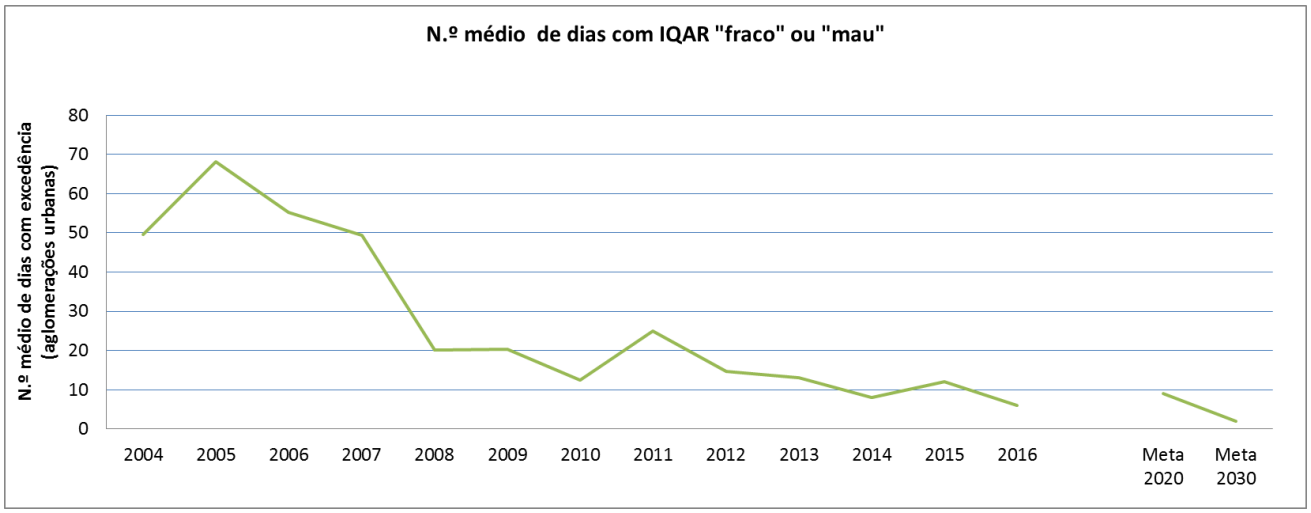
Os dados de base do indicador são obtidos a partir das medições das estações existentes em cada aglomeração.

A informação proveniente do índice permite de uma forma fácil e compreensível o conhecimento do estado da qualidade do ar e face aos seus resultados adequar comportamentos e ações no sentido da proteção da saúde humana, especialmente dos grupos mais sensíveis da população.

Significado do Indicador:

Número médio de dias com Índice de Qualidade do Ar “fraco” ou “mau”

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2020	Meta 2030
N.º médio de dias com excedência (aglomerações urbanas)	**50**	**68**	**55**	**49**	**20**	**20**	**13**	**25**	**15**	**13**	**8**	**12**	**6**	**9**	**2**
Locais Urbanos (Aglomerações)		887	718	641	202	204	150	274	162	89	64	99	48		
N.º Aglomerações					10	10	12	11	11	7	8	8	8		



ANÁLISE

A melhoria da qualidade do ar alcançada desde 2000 é significativa e fruto de implementação de legislação. Os problemas atuais centram-se essencialmente em zonas urbanas de grande tráfego e devem-se aos níveis elevados e ultrapassagens dos limites legislados de Partículas Inaláveis (PM_{10}) e NO_2 com os consequentes efeitos ao nível da redução da esperança de vida e da morbilidade. O Ozono Troposférico (O_3) é outro dos poluentes que não tem decrescido de forma consistente nas últimas 2 décadas e está fortemente associado ao período primavera-verão, pela presença da intensa radiação solar que contribui para a sua formação.

As concentrações de partículas em suspensão apresentam muitas vezes valores elevados, quer devido a atividades antropogénicas, quer devido a eventos naturais (poeiras do Sahara).

Regista-se uma tendência positiva na evolução do indicador relativamente ao cumprimento das metas para 2020 e 2030 do Compromisso para o Crescimento Verde. O CCV tem como objetivo melhorar de 13 dias em média com IQAr "fraco" ou "mau" em 2013, até um máximo de 9 dias em média em 2020 e 2 dias em média em 2030.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV

OBJETIVO 14 – VALORIZAR A BIODIVERSIDADE

Esta ficha temática pretende revelar a valorização da biodiversidade e avaliar o progresso da conservação das espécies e habitats naturais protegidos, refletindo as alterações do seu estado de conservação.

A perda da Biodiversidade continua a verificar-se a um ritmo preocupante nas últimas décadas. Parar a perda da biodiversidade, até 2010, constituiu um dos objetivos estabelecidos, a nível da UE, ao qual Portugal se vinculou desde o Conselho de Ministros da UE, em Gotemburgo (Junho 2001). Neste âmbito, a 11 de Outubro de 2001, foi adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), uma ferramenta estratégica para se alcançar o compromisso de, até 2010, parar a perda da Biodiversidade.

O projeto de revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), adotada em 2001 esteve em auscultação pública até 31 de julho de 2017 e leva em conta os

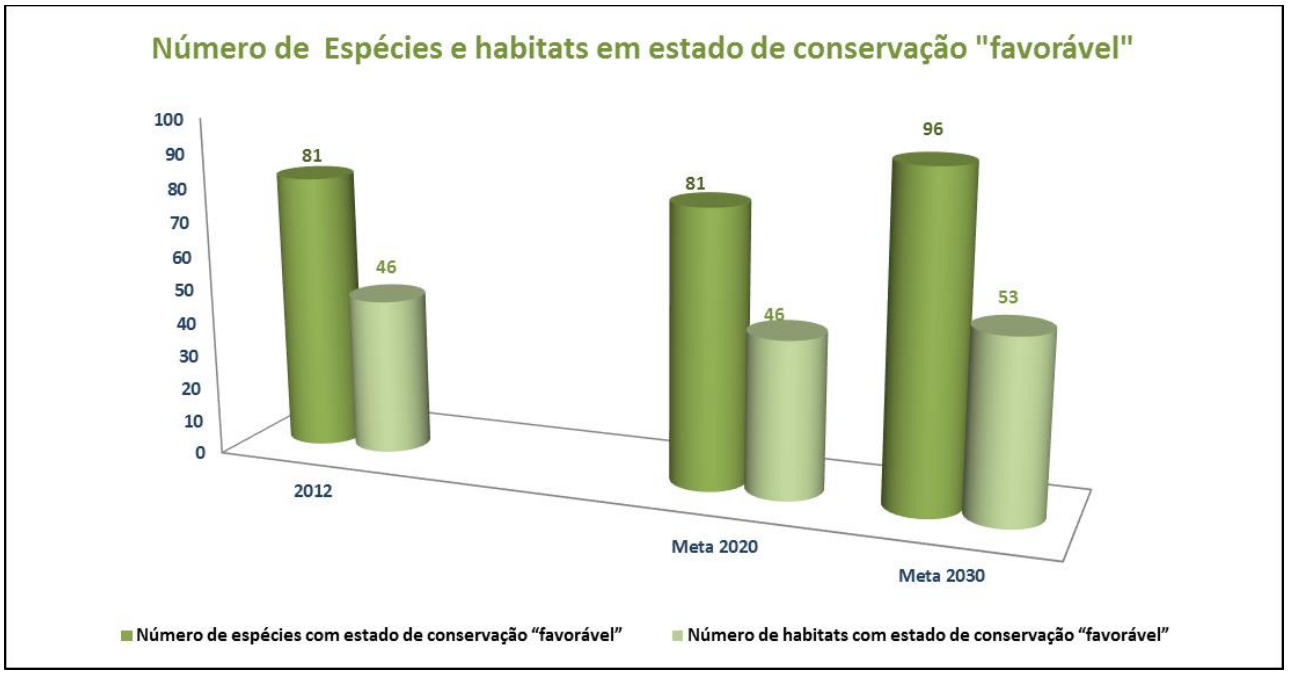
compromissos da Convenção sobre a Diversidade Biológica, traduzidos no seu Plano Estratégico 2011-2020, as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia da EU para a Biodiversidade 2020, em plena fase de execução, e os compromissos do 7.º Programa de Ação da EU em matéria de Ambiente, base para a prossecução nacional das metas para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, decorrentes da Estratégia Europa 2020.

Significado do Indicador:

Número de avaliações de espécies e número de avaliações de habitats com estado de conservação "favorável" ou uma melhoria deste, estabelecido por região biogeográfica.

ANOS	2012	Meta 2020	Meta 2030
Número de espécies com estado de conservação "favorável"	81	81	96
Número de habitats com estado de conservação "favorável"	46	46	53

Unidade: Número de espécies (exceto aves) e habitats protegidos em estado de conservação "favorável"



ANÁLISE

A evolução deste indicador está condicionada ao objetivo de valorizar a biodiversidade e assegurar a paragem da perda da biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, mantendo-os num estado de conservação favorável, tendo em conta o enquadramento jurídico e estratégico da União Europeia, de acordo com a Diretiva n.º 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, conhecida como "Diretiva Habitats" que tem como principal objetivo contribuir para

assegurar a conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens, com exceção das aves (protegidas pela Diretiva Aves), considerados ameaçados no território da União Europeia. Esta Diretiva cria uma rede ecológica coerente de Zonas Especiais de Conservação (ZEC), selecionadas com base em critérios específicos, que integram a Rede Natura 2000, em conjunto com as Zonas de Proteção Especial (ZPE), designadas ao abrigo da Diretiva Aves. Estabelece ainda um regime de proteção estrito em todo o território, incluindo fora das áreas que integram a Rede Natura 2000, para as espécies da fauna e flora selvagens identificadas em anexo próprio. Neste âmbito, regulamenta a captura, o abate, a colheita das espécies, a detenção, o transporte e o comércio, bem como a perturbação da fauna e a destruição de áreas importantes para as diferentes fases do seu ciclo de vida. No prazo de seis anos, a contar da designação dos Sítios de Importância Comunitária (SIC), os Estados-membros deverão aplicar as medidas necessárias para assegurar a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos valores naturais que estão na sua origem, seja por via regulamentar, contratual ou administrativa.

Justificação para se atingir a meta de 2020:

Assumindo como ponto de partida o 3.º Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats 2007-2012 (ICNF, 2013) referente ao período 2007-2012 a meta 1 da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020 aborda a implementação plena da Diretiva Habitats e inclui metas globais ao nível da Europa. O ponto de partida para medir o seu progresso é o número de habitats e espécies com estado de conservação favorável no relatório 2001-2006. Neste relatório, Portugal apresentou 55 avaliações de espécies e 47 avaliações de habitats com estado de conservação “favorável”.

Considerando que, entre 2007 e 2012, a evolução positiva (81 espécies) foi devida a uma melhoria do conhecimento e que são necessários vários anos para que o investimento em recuperação de espécies e habitats tenha efeitos mensuráveis no seu estado de conservação, a prioridade para 2020 será a consolidação de resultados, prevendo-se que no relatório de 2013-2018 Portugal apresente pelo menos 81 avaliações de espécies e 46 avaliações de habitats com estado de conservação favorável.

Justificação para se atingir a meta de 2030:

Se ocorrer nos próximos dez anos um investimento continuado na recuperação de espécies e habitats com estado de conservação não favorável e na manutenção do estado de conservação das restantes espécies e habitats protegidas no âmbito da Diretiva Habitats, é expectável que, no relatório referente ao período de 2025-2030, Portugal apresente 96 avaliações de espécies e 53 avaliações de habitats com estado de conservação "favorável". Continuando na recuperação de espécies e habitats com estado de conservação não favorável e na manutenção do estado de conservação das restantes espécies e habitats protegidas no âmbito da Diretiva Habitats é expectável que no relatório referente ao período 2019-2024 possa ocorrer a melhoria de avaliação de uma espécie e de dois habitats.

Mais informação em www.crescimentoverde.gov.pt > Compromisso > Monitorização do CCV